



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Departamento de Economia
Mestrado Profissional em Gestão Econômica de Finanças Públicas

**A UNIVERSIDADE COMO INSTRUMENTO DE GERAÇÃO DE
EMPREGO E RENDA: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA UnB**

Cleison Fernando Lucas

**Brasília - DF
2013**



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Departamento de Economia
Mestrado Profissional em Gestão Econômica de Finanças Públicas

A UNIVERSIDADE COMO INSTRUMENTO DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA UnB

Cleison Fernando Lucas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade (FACE) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para obtenção do título de mestre em economia.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Madeira Nogueira

**Brasília - DF
2013**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 10102013.

L933u Lucas , Cleison Fernando .
A universidade como instrumento de geração de emprego e renda : uma análise da experiência da UnB / Cleison Fernando Lucas . -- 2013 .
82 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília , Faculdade de Economia , Administração e Contabilidade , Departamento de Economia , Mestrado Profissional em Gestão Econômica de Finanças Públicas , 2013 .

Inclui bibliografia .

Orientação : Jorge Madeira Nogueira .

1 . Capital humano . 2 . Renda . 3 . Ensino superior .
4 . Economia regional . I . Nogueira , Jorge Madeira .
II . Título .

CDU 331 . 024

DEDICO este trabalho a todos aqueles que sonham com uma universidade inovadora e atenta às demandas da sociedade, embora não o conhecendo em vida, dedico também a Darcy Ribeiro.

AGRADEÇO a minha Mãe que sempre me apoiou em minhas escolhas e com ética e competência inspirou-me profissionalmente; a minha noiva Ingrid que me incentivou a enfrentar o desafio do mestrado e que pacientemente esperou o findar deste trabalho; a toda minha família que apoiou nos momentos difíceis; a minha saudosa Avó Jovita que sempre fomentou nossas mentes na busca pelo conhecimento; ao meu Avô Oswaldo, que com seus 87 anos continua apoiando a família e é uma referência; ao meu orientador Jorge Madeira Nogueira, que com sua trajetória brilhante na academia pode me nortear e inspirar meus estudos; ao Decanato de Gestão de Pessoas da Universidade de Brasília; aos Amigos do Centro de Informática de UnB Renato e Andrei, que forneceram os dados que subsidiaram esta pesquisa; aos estudantes que pacientemente responderam os questionários e permitiram a realização deste estudo, a todos que colaboraram direta ou indiretamente na produção desta pesquisa, amigos, professores, colegas de turma e trabalho bem como demais pessoas envolvidas.

Coragem! Mais vale errar se arrebatando do que preparar-se para nada.

Darcy Ribeiro

RESUMO

Esta dissertação objetiva analisar os impactos na economia do Distrito Federal proporcionados pela formação de mão-de-obra qualificada pela Universidade de Brasília entre 2000 e 2010. O Estado Brasileiro gasta anualmente bilhões de reais na qualificação em nível superior por meio das Instituições Federais de Ensino. Acredita-se que essa qualificação terá efeitos positivos sobre o indivíduo e sobre a sociedade como um todo. No entanto, estudos avaliando a validade dessa crença são relativamente pouco frequentes. Torna-se, então, relevante a aferição da efetividade desses gastos. Nesta dissertação foram avaliados os egressos das graduações de Engenharia, Enfermagem, Medicina, Direito, Economia e Administração da Universidade de Brasília (UnB). Os aspectos relativos ao ensino, emprego, renda e a produção foram aferidos, quantificados e cruzados com informações enviadas por alguns órgãos reguladores de classe das respectivas profissões, propiciando assim um bom diagnóstico decorrido da atividade econômica de se formar mão-de-obra qualificada por uma universidade pública. Os resultados obtidos nesta pesquisa demonstram um significativo impacto sobre a renda do Distrito Federal, propiciado pelos egressos da Universidade de Brasília (UnB).

Palavras-chaves: Impacto do Ensino Superior; Renda; Economia Regional; Capital Humano.

ABSTRACT

This dissertation evaluated the graduates from Engineering, Nursing, Medicine, Law, Economics and Administration at the University of Brasilia (UnB) between 2000 and 2010. The Brazilian government spends billions of dollars on qualification at a higher level through the Federal Universities. It is believed that this qualification will have positive effects on the individual and on society as a whole. However, studies evaluating the validity of this belief are relatively rare. It is then relevant to measuring the effectiveness and efficiency of these expenditures. This dissertation evaluated the graduates graduations Engineering, Nursing, Medicine, Law, Economics and Administration at the University of Brasilia (UnB). The aspects relating to education, employment, income and output were measured, quantified and crossed with information sent by some regulator's class of their professions, thereby providing a proper diagnosis elapsed economic activity graduating skilled labor by a public university. The results obtained in this study demonstrate a significant impact on the income of the Federal District, fostered by graduates of the University of Brasilia (UnB).

Keywords: Impact of Higher Education, Income, Regional Economics, Human Capital.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	O Modelo do Capital Humano demonstrado de forma esquemática	22
Figura 2 -	Demonstra a correlação o Crescimento dos TFP (Produtividade total dos fatores) com a Taxa de escolaridade dos países com dados computados de 1965 a 1995	31
Figura 3 –	Correlação entre universidade e a comunidade local através do modelo de Goddard	33
Figura 4 –	Quadro esquemático síntese conclusivo	61

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1-	Total de formandos nos cursos Engenharias	56
Gráfico 1-	Demonstra em percentuais a proporcionalidade entre o universo de egressos do período de 2000 a 2010.	42
Gráfico 2-	Demonstra a relação entre o número de alunos ingressantes por meio de vestibular com o número de alunos que não concluíram seus cursos entre os anos de 2000 a 2005.	43
Gráfico 3 -	Demonstra a distribuição de respostas aos questionários de acordo com os respectivos cursos, o seja, no período da pesquisa formaram-se em administração 3226 egressos, e destes 127 responderam a pesquisa, totalizando uma amostra de 4% da população.	44
Gráfico 4 -	Distribuição da Amostra em face dos que responderam a pesquisa.	45
Gráfico 5 -	Entrevistados que se declararam atuantes da área de formação e que estavam empregados no momento da pesquisa.	46
Gráfico 6-	Percentual de egressos que declararam que não trabalham na área que se formaram.	47
Gráfico 7 -	Percentuais dos entrevistados que se declararam atuantes da área de formação e que estavam empregados no momento da pesquisa, por gênero.	47
Gráfico 8 -	Demonstra os percentuais dos entrevistados que se declararam empregados na área de formação e estão atuando no Distrito Federal.	48
Gráfico 9 -	Demonstra os percentuais dos entrevistados que se declararam empregados no setor público ou no setor privado, dentre aqueles que se declararam empregados na área de formação, estão empregados e exercem suas atividades no DF.	50
Gráfico 10 -	Percentuais dos entrevistados, separados por gênero, que se declararam empregados no setor público, dentre aqueles que se declararam empregados na área de formação, estão empregados e exercem suas atividades no DF.	50
Gráfico 11 -	Percentuais dos entrevistados que se declararam empregados no	51

setor privado, dentre aqueles que se declararam empregados na área de formação, estão empregados e exercem suas atividades no DF.

Gráfico 12 – Renda média por gênero de um egresso da UnB	52
Gráfico 13 – Renda média por gênero de um egresso da UnB que trabalham na iniciativa privada.	53
Gráfico 14– Renda média por gênero de um egresso da UnB que trabalham no setor público.	54
Gráfico 15 Renda média por curso do setor público e do setor privado	55
Gráfico 16 - Percentual de egressos que se registram em conselhos de Classe	56
Gráfico 17 - Curva de egressos <i>versus</i> profissionais registrados no CREA-DF formados pela UnB nos cursos de Engenharias	57

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BRA	Sigla em língua inglesa para denominação de Brasil
CESPE	Centro de Seleção e Promoção de Eventos
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CPD	Centro de Informática
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
DEM	Democratas (Partido)
DF	Distrito Federal
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio.
FUB	Fundação Universidade de Brasília
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
PAS	Programa de Avaliação Seriada
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PIB	Produto Interno Bruto
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAA	Secretaria de Assuntos Acadêmicos
SIGRA	Sistema de Graduação
SGP	Sigla em língua inglesa para denominação de Cingapura.
STF	Supremo Tribunal Federal
TFP	Produtividade Total dos Fatores
TKH	Sigla em língua inglesa de Teoria do Capital Humano
UDF	Universidade do Distrito Federal

UnB Universidade de Brasília
VPL Valor Presente Líquido

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	16
2 A UNIVERSIDADE E SEU PAPEL NA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO E DA SOCIEDADE.....	19
2.1 A TEORIA DO CAPITAL HUMANO E A BUSCA PELO CONHECIMENTO.....	20
2.2 A FORMAÇÃO DO CAPITAL HUMANO NA INSTITUIÇÃO UNIVERSIDADE.....	22
3 OS ASPECTOS ECONÔMICOS DA TEORIA DO RETORNO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	26
3.1 ASPECTOS MICROECONÔMICOS DOS RETORNOS DO INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO.....	26
3.2 ASPECTOS MACROECONÔMICOS DOS RETORNOS DO INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO.....	29
3.3 A UNIVERSIDADE NO CONTEXTO REGIONAL.....	31
4 A UnB E SEU HISTÓRICO DE QUALIFICAÇÃO DO INDIVÍDUO.....	35
4.1 POLÍTICAS DE INGRESSO DA UnB.....	36
4.1.1 Vestibular.....	37
4.1.2 Política de Cotas.....	37
4.2 POLÍTICA DE EXPANSÃO DE VAGAS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.....	38
5 A UnB COMO INSTRUMENTO DE GERAÇÃO DE EMPREGO E DE RENDA.....	40
5.1 ENSINO.....	40
5.2 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DESTE ESTUDO.....	41
5.3 RESULTADOS OBTIDOS.....	45
5.3.1 Empregabilidade.....	45

5.3.2	Local do Emprego.....	48
5.3.3	Setor de Atuação.....	49
5.3.4	Renda.....	51
5.3.5	Registro em órgão de classe.....	55
6	A UnB E SEU IMPACTO ECONÔMICO	58
6.1	O EMPREGO NO DF	59
7	CONCLUSÃO.....	62
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
9	APÊNDICE.....	68
9.1	FORMULÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS DA UnB: Parte 1.....	68
9.2	FORMULÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS DA UnB: Parte 2.....	69
9.3	FORMULÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS DA UnB: Parte 3.....	70
9.4	FORMULÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS DA UnB: Parte 4.....	71
9.5	FORMULÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS DA UnB: Parte 5.....	72
9.6	EMAIL ENVIADO AOS EGRESSOS DA UnB.....	73
9.7	TABELAS CONSOLIDADAS APÓS TRATAMENTO DOS DADOS.....	74

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A busca do ser humano pelo seu aprimoramento intelectual é incessante. Decorrente da evolução das espécies, ele busca novos conhecimentos que satisfaçam sua curiosidade e melhorem sua capacidade técnica e intelectual. Nessa busca, um dos seus objetivos é incrementar seu nível de bem estar e de sua família por meio de um aumento de sua renda. Se destacarmos apenas o incremento da capacidade técnica, ele pode ser obtido de vários modos: observação empírica, aplicação do conhecimento teórico, treinamento na atividade profissional, para citar os mais relevantes. Economistas destacam esse acúmulo de conhecimentos técnicos, como um dos componentes básicos do capital humano de um determinado indivíduo.

Estudos de Topel (1999), Krueger e Lindahl (2001) e, posteriormente, Lange e Topel (2006) indicam que o capital humano agregado é uma variável significativa no que tange ao crescimento econômico. A dimensão macroeconômica da educação não é inferior ao seu efeito microeconômico sobre os salários. Essas dimensões micro e macro da educação explicam a importância da sua inclusão na análise das decomposições de crescimento.

De acordo com Blaug (1976), Mincer (1974) e Becker (1962), com base na Teoria do Capital Humano, o incremento de mais conhecimentos e aptidões majora o valor do capital humano do indivíduo. Em consequência, ele aumenta o seu rendimento potencial, a sua produtividade e a sua empregabilidade. Assim, com maior conhecimento e maior possibilidade de escolha, os indivíduos passam a procurar no mercado de trabalho, nos quais estão inseridos, oportunidades que possam gerar maiores rendimentos futuros (SCHULTZ, 1961). Em face disto, a escolaridade toma um papel determinante no perfil da renda do indivíduo no decorrer de sua vida, e com a percepção desta correlação, o trabalhador tende a buscar cada vez mais conhecimentos.

Por sua vez, a Teoria do Capital Humano, nos provê evidências suficientes do quanto impactante são os investimentos públicos em educação em geral. Contudo, novos questionamentos são formulados a partir desta reflexão, principalmente no que condiz com a participação da educação superior na formação do indivíduo, seja por sua inserção social, seja pelos fatores econômicos.

O estudo do impacto econômico provocado pelo funcionamento de uma Universidade tem sido amplamente analisado ao redor do mundo. Contudo, pesquisas sobre os impactos econômicos provocados pelas universidades brasileiras são escassos. Este trabalho se diferencia dos seus congêneres estrangeiros no aspecto que tange a regionalidade e a aferição do impacto econômico em uma região predominantemente rural como o Centro-Oeste Brasileiro. Nesse contexto, o objetivo geral deste estudo é investigar o quão as demandas sociais estão sendo correspondidas pela Universidade de Brasília (UnB). Será abordado também nesta dissertação se os profissionais egressos da UnB estão se inserindo no mercado de trabalho do Distrito Federal. Outra questão levantada é sobre o setor de atuação dos egressos, ou seja, se os egressos formados pela UnB estão indo para o setor público ou privado. Finalmente, serão aferidos os impactos econômicos regionais que a universidade provoca no Distrito Federal, em termos de renda, emprego, produção.

Esta dissertação está organizada da seguinte maneira. Na primeira parte é feita uma exposição dos motivos e dos objetivos que levaram à concepção deste trabalho. Na segunda parte a abordagem se dá sobre a universidade e seu papel na formação do indivíduo e da sociedade com vistas a se estudar os aspectos antropológicos que levam o indivíduo a buscar conhecimento. Ainda na segunda parte, será feita uma revisão da literatura sobre a Teoria do Capital Humano, com vistas a se buscar pontos conexos ao objetivo geral do trabalho.

Na terceira parte, os aspectos econômicos da qualificação no ensino superior são destacados, com base na teoria dos retornos da Educação. Assim, os aspectos microeconômicos e macroeconômicos dos retornos do investimento em capital humano são citados e debatidos. Em seguida, na quarta parte desta dissertação, será estudada a UnB e seu histórico de qualificação do indivíduo, visando obter noções gerais a despeito de suas políticas de ingresso e expansão de vaga por meio do Vestibular, do ENEM e Políticas de Cotas. Também nesta parte será contextualizado o histórico de egressos da graduação de um modo geral, com vistas a subsidiar o entendimento da pesquisa que será abordada na quinta parte.

Logo em seguida, é apresentada a pesquisa que mensura o impacto regional sobre a economia do Distrito Federal propiciado pelos egressos da UnB durante o período de 2000 a 2010 sobre a perspectiva da empregabilidade, do local de atuação e do setor de atuação (público ou privado), sempre destacando o isolamento por gênero. Em seguida é aferida a renda média dos egressos com vistas a se analisar o setor melhor remunerado e em sequência,

dados a despeito do registro profissional são discutidos. Por fim, será feita uma análise empírica do impacto no Produto Interno Bruto (PIB) do Distrito Federal, provocado pelos egressos da graduação da UnB.

2 A UNIVERSIDADE E SEU PAPEL NA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO E DA SOCIEDADE

São muitos os questionamentos ocasionados sobre a influência da educação na vida dos indivíduos. Entre esses questionamentos, um tem recebido atenção especial dos estudiosos: as oportunidades no mercado de trabalho serão maiores com o acúmulo de conhecimento no decorrer da vida? Há autores que preferem evitar uma resposta, mesmo que parcial, para essa pergunta. Pires (2005), por exemplo, acredita ser praticamente inviável, se não impossível, definir o papel da educação na vida do ser, devido ao fato de que o processo educativo sofre inúmeras modificações e evolução no decurso do tempo.

Não obstante, há certo consenso de que a educação tem um papel de suma importância na formação do ser humano, em termos do seu desenvolvimento intelectual, técnico ou científico.

Também é razoavelmente consensual que esse desenvolvimento é muito valorizado nas sociedades contemporâneas. Não obstante, é evidente que são inúmeros os complicadores dificultando a avaliação do papel da educação para o indivíduo e para a sociedade.

Um primeiro complicador está relacionado com os motivos pelas quais o indivíduo busca se instruir. Pode-se ter uma visão operacional: a busca pelo conhecimento é função da inserção do indivíduo no mercado de trabalho. Outro motivo é a satisfação pessoal do indivíduo em saber mais, com o intuito de, por exemplo, exercer um sacerdócio. Quando se analisa a educação da perspectiva da coletividade, da sociedade em seu conjunto, a lista de motivos para se educar pessoas é ainda mais extensa. Podem ser enumeradas infinitas razões.

Essa variedade dificulta significativamente a mensuração do valor que a educação possui para o indivíduo e para a sociedade. Há ainda outro complicador. O conhecimento pode ser obtido por meio de vários canais. Para Chauí (2003), a educação se dá em muitas instituições sociais como na família, escola, igrejas, sindicatos etc. Não obstante, sendo a escola a instituição legitimada pela sociedade como local privilegiado de transmissão de saberes e valores socialmente relevantes, caberá a ela desenvolver a consciência dos indivíduos da importância do aprimoramento do capital humano do indivíduo.

“Capital Humano” é um conceito cunhado por economistas na busca de explicações dos fatores que influenciam a decisão do indivíduo de ampliar seu conteúdo educacional. O conceito de capital humano também busca enfatizar as vantagens para uma

determinada sociedade, estimulando seus cidadãos e cidadãs a terem mais anos de educação formal.

2.1 A TEORIA DO CAPITAL HUMANO E A BUSCA PELO CONHECIMENTO

A Teoria do Capital Humano visa fornecer subsídios para o entendimento da significativa relação entre o grau de escolaridade dos indivíduos e o seu respectivo sucesso profissional, ponderando variáveis que denotam melhores oportunidades de emprego, bem como níveis mais elevados de remuneração do indivíduo. Para contextualizar, segundo os relatos de Kliksberg (1999), o Banco Mundial considera a existência de quatro formas básicas de capital:

- O capital natural, constituído pela dotação de recursos naturais de um país ou região;
- O capital construído, aquele gerado pelo ser humano, incluindo as infraestruturas, os bens de capital, os capitais financeiro e comercial, etc.;
- Capital social, a sociabilidade de um grupo humano, com os aspectos que permitem a colaboração e o seu uso;
- E o capital humano, determinado pelos níveis de nutrição, saúde e educação da população.

Para Neto (2006), o embasamento teórico do Capital Humano, iniciou-se por meio das obras dos economistas Adam Smith (1776) em sua obra a “Riqueza das Nações”, Alfred Marshall (1920) no livro “Os princípios econômicos do mais valioso investimento dos capitais, os seres humanos”, sendo posteriormente aprimorada pela escola de Chicago com os teóricos da economia Gary Becker, Jacob Mincer e Theodore Schultz.

Na ótica de Smith (1776), a importância da melhora da habilidade e destreza dos trabalhadores como sendo uma fonte de progresso econômico é enfatizada. Já Marshall (1890) ressalta os efeitos naturais em longo prazo que os investimentos em capital humano impactam a economia. Marshall destaca também o papel que a família possui na criação do indivíduo, como um ativo também do capital humano. Para ele, o capital mais valioso para a economia como um todo era aquele investido em seres humanos, seja por meio da educação formal ou por meio da união familiar. Cabe ressaltar a importância de uma afirmação como esta em pleno século XIX, quebrando paradigmas até então, que sustentavam afirmações completamente contrárias.

Como já supracitado, o aprimoramento desta teoria pela Escola de Chicago é mais recente. Para Schultz (1961) e Becker (1964) o crescimento do capital físico mensurado convencionalmente explica uma parte relativamente pequena do crescimento da renda de muitos países. Em face disto, o interesse pela mensuração de fenômenos não tão tangíveis, como o desenvolvimento tecnológico e o capital humano vêm se acentuando, visando buscar as reais razões do crescimento do PIB dos países.

Para melhorar o entendimento da importância do capital humano e sua influência no crescimento real dos países o modelo do capital humano prevê que a decisão de um indivíduo de investir em sua formação é baseada na análise do Valor Presente Líquido (VPL) dos custos e benefícios de tal investimento. As pessoas possuem a expectativa de que se investir em sua formação por um período inicial de tempo, isto lhes propiciará retornos maiores para o investimento, em períodos subsequentes. Logo, infere-se que os trabalhadores, em tese, pagam para serem treinados, de forma que ao receberem um salário menor do que o que poderiam estar recebendo em outros lugares. Contudo, eles estão recebendo conhecimento e estão sendo treinados¹.

Modelos de capital humano normalmente se decompõem em treinamento com formação específica (que aumenta a produtividade em apenas uma empresa) e formação geral (que aumenta a produtividade em mais de uma empresa). Puramente, formação geral é financiada pelos próprios trabalhadores e todos os trabalhadores conseqüentemente recebem os retornos para este treinamento. Em contraste, os empregados e os seus respectivos empregadores partilharão os custos e conseqüentemente os retornos de formação específica. Sem dúvida, essas diferenças entre formação geral e específica, propiciam ao modelo de capital humano prever que ambas as formas de treinamento podem diminuir o salário inicial, contudo, aumentar o crescimento salarial no longo prazo.

Para os doutrinadores desta teoria, quanto maior for o estoque de capital humano de um indivíduo, maior tende a ser a sua produtividade marginal e conseqüentemente mais elevado será seu valor econômico no mercado de trabalho. Isso, conseqüentemente implicará ao indivíduo um futuro aumento em sua renda, bem como um incremento sua empregabilidade.

¹ Porém este raciocínio só é condizente se o treinamento tem o propósito de torná-lo um trabalhador mais produtivo e se o trabalhador, no futuro, efetivamente recolher os retornos do seu investimento dos períodos posteriores através de produtos de maior valor marginal e salários mais altos.

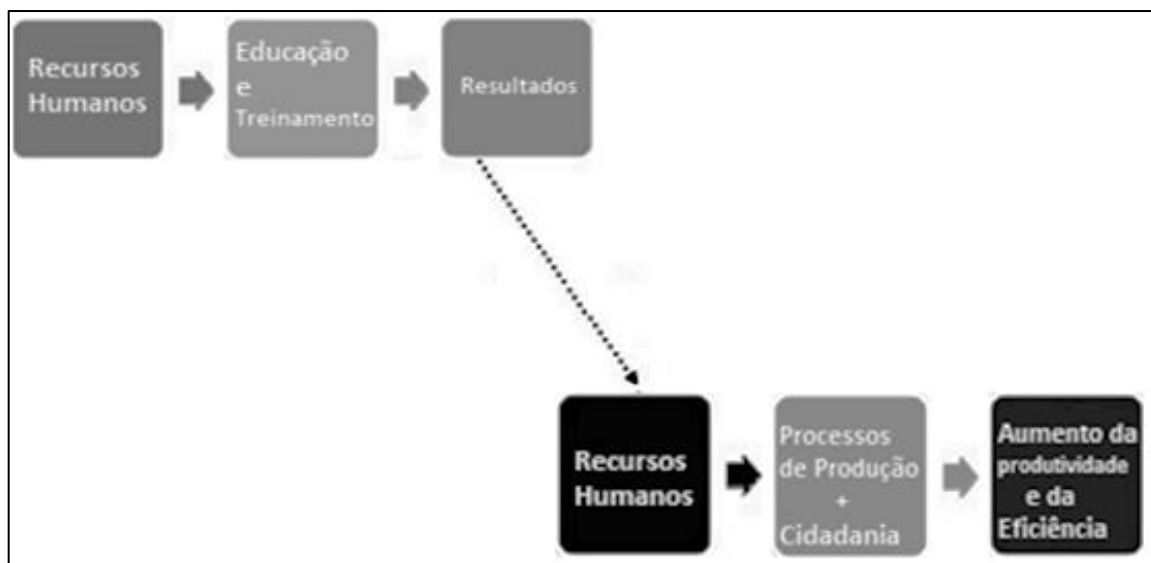


Figura 1 – O Modelo do Capital Humano demonstrado de forma esquemática
Fonte: Elaboração própria.

O organograma acima nos mostra a correlação entre a Teoria do Capital Humano e o aumento da produtividade do indivíduo. Nota-se que os indivíduos que buscam um aumento em suas capacidades hábeis e se submetem a um tempo maior à educação regular, ou então a treinamentos ‘*in company*’, obterão como resultado um maior domínio nos processos produtivos, bem como se tornarão mais cidadãos, obtendo assim um maior ganho de produtividade, maximizando assim a eficiência na produção na execução de suas atribuições laborais.

2.2 A FORMAÇÃO DO CAPITAL HUMANO NA INSTITUIÇÃO UNIVERSIDADE

As instituições educativas formais geradoras de capital humano são aquelas em que de um modo geral, o processo educativo é reconhecidamente legal e ocorre sistematicamente. Elas são, também, locais de transmissão de saberes de forma sistematizada e são socialmente legitimadas. Além disso, essas instituições são locais de internalização de ideias, valores e atitudes que podem contribuir para a manutenção ou transformação do *status quo* vigente, bem como o aprimoramento hábil e intelectual do ser.

Especificamente, em se tratando de educação superior, mais precisamente educação superior pública, as universidades vêm ao encontro do explicitado acima. Para Silva (2006), o serviço público de educação superior tem como finalidade propiciar o desenvolvimento integral do indivíduo e a aquisição de competências básicas para torná-lo capaz de ser, fazer, compreender, participar e conviver. Neste contexto, a universidade

representa o espaço para o exercício da liberdade de conhecimento, de pensamento, de excelência, a possibilidade de diálogo crítico dentro do clima científico e intelectual.

A origem da palavra Universidade deriva-se etimologicamente do latim ‘*universitas*’, que significa ‘o universo de um todo agregado’ e refere-se, de uma forma geral, ‘a um número de pessoas associadas em um só corpo, uma sociedade, empresa, comunidade, grêmio, corporação dentre outras aglomerações’. Em um sentido mais específico, o uso dessa palavra indicava o grau jurídico de concessão de ensino, para as instituições de educação superior na Europa Ocidental.

A história das universidades, tal qual conhecemos, embora ainda seja um tema não totalmente sem controvérsias, para Wanderley (2003) e grande parte dos historiadores, inicia-se na Idade Média. A sociedade europeia da época demandava a formalização do processo educativo profissional, fornecido pelos mosteiros através das Escolas Catedráticas e Monásticas ou então os conhecimentos adquiridos através da prática. Já em Rossato (2005) é destacado que na Europa, a primeira universidade a ser criada foi a de Bolonha, em 1088 d.C. e seis décadas após foi fundada em Paris, na França, em 1150 d.C. a segunda universidade, que a *posteriori* se tornaria a Sorbonne. Este modelo de universidade se espalhou rapidamente por toda a Europa e posteriormente pelo mundo, ao ponto que ao final do século XIII já existiam 12 universidades espalhadas pela Europa.

Em Bolonha, o sistema de organização e de ensino dos Estudos Gerais segue outros moldes para atender anseios municipais, carente de juristas e de administradores. Sua estrutura eminentemente estudantil dominava a corporação dos mestres, determinando o salário, os métodos de ensino e até as exigências para a colação de título. Cobravam multas dos mestres faltosos ou que não tinham suficiente competência e os reincidentes podiam ser até expulsos (ROSSATO, 2005).

Ainda na ótica de Rossato (2005), a Universidade de Paris possuía uma gestão democrática e estava localizada em um centro populacional altamente denso, o que a permitia possuir privilégios especiais legais e pecuniários, entre eles o fato de que com a colação de grau o indivíduo recebia também a licença para ensinar, antes somente concedida pela igreja. Também possuía já nesta época o direito de greve, de recessão ou até mesmo de mudar a universidade - caso os privilégios fossem infringidos; isenção dos estudantes do serviço oficial e de impostos e, o mais importante, o de jurisdição interna, ou seja, o privilégio de julgar seus membros em todos os casos civis e em muitos criminais, estabelecendo assim as

bases do que então viria a ser o conceito de Poder Judiciário, concebido por Montesquieu² somente no século XVIII.

De acordo com a visão de Giles (1987), as universidades medievais contribuíram enormemente para o significativo progresso e desenvolvimento intelectual que ocorreu na Europa, cujos reflexos são sentidos até os dias de hoje. Para este autor, é nas universidades que o acervo de conhecimentos organiza-se, se estrutura, se conserva e se transmite. Segundo sua interpretação, a universidade é o verdadeiro centro da atividade intelectual onde o processo educativo progride mais do que em qualquer outra instituição.

Em uma época de alta relevância eclesiástica nas questões do dia-a-dia dos indivíduos, a função da universidade como casa de liberdade intelectual, em uma época altamente desconfiada de suspeitas de heresia, era de suma importância. Não obstante, a educação universitária da Idade Média, de um modo geral, tomava como verdade inquestionável os saberes impressos em livros, não se detendo muito às críticas, muito menos aos pensamentos inovadores. A igreja cerceava fortemente o que era publicado nos livros, logo o que fosse impresso e não condissesse com o entendimento pontíssimo era logo classificado com heresia.

Contudo, assim como a humanidade sofreu modificações de ordem social, política, econômica e cultural no decorrer dos séculos, a universidade, como era de se esperar, também sofreu inúmeras modificações, que propiciaram a ela a possibilidade de buscar novas formas de atuação no século XXI. Esta evolução é perceptível nos modelos universitários francês, inglês, norte-americano e alemão.

No primeiro modelo, o francês, o Estado ocupava um papel monopolista, buscando oferecer por meio da universidade aportes ao desenvolvimento nacional tendo como finalidade a redução das desigualdades sociais. Já o modelo inglês se distingue pela formação com um teor com ênfase humanista, por meio da transmissão de conhecimento. No modelo norte-americano prevalece o pragmatismo, com o foco no conceito de universidade-empresa, com vistas a formar capital humano de maneira eficaz. O modelo alemão busca tornar a universidade uma comunidade de pesquisadores, com liberdade política e acadêmica. Possui fortes traços estatais e é oferecido gratuitamente.

Na América Latina, as universidades surgiram com forte influência dos modelos europeus, principalmente o francês. Contudo, a rápida ampliação do modelo

² MONTESQUIEU. Do espírito das leis. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963. Livro II.

universitário norte-americano, levou a uma gradual mitigação da influência exercida do modelo europeu.

3 ASPECTOS ECONÔMICOS DA TEORIA DO RETORNO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A teoria econômica tem iluminado diversos estudos sobre diferentes assuntos. Os pressupostos teóricos dos economistas têm sido submetidos a testes empíricos, que muitas vezes os sustentam, outras, colocam em dúvida seu poder explicativo. Diversos estudos correlacionam o investimento dos indivíduos em educação e o aumento dos retornos do seu trabalho.

No entanto, essa percepção por parte do indivíduo, não se limita aos retornos individuais alcançados por ele. Para Becker (1964) e Lucas (1988), mesmo com a decisão individual, toda a sociedade pode se beneficiar com a maior qualificação do indivíduo, de forma que os benefícios adquiridos por ele a partir da educação, não a ele se restringem. Os seus efeitos transbordam para a sociedade como um todo.

Neste capítulo serão abordados justamente os efeitos deste transbordamento, onde será compreensível a diferenciação dos efeitos microeconômicos expressos pela teoria de Becker (1964) e os efeitos macroeconômico abordados pelas teorias de Lucas (1988) e Nelson e Phelps (1966).

3.1 ASPECTOS MICROECONÔMICOS DOS RETORNOS DO INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO

Os trabalhos empíricos e teóricos de Becker (1964) subsidiam os estudos sobre a demanda por capital humano no século XX. O núcleo desta teoria estabelece que os investimentos de recursos correntes na acumulação de capital humano ocorrem em função da expectativa de aumento futuro dos retornos de renda. Por exemplo, e de acordo com a ótica de Carpena e Oliveira (2002) a equação de Mincer (1974) busca relacionar o logaritmo dos rendimentos dos indivíduos com os seus respectivos anos de escolaridade e de experiência no trabalho. O coeficiente para a escolaridade fornece uma base para a estimativa da taxa de retorno privada do investimento em educação.

Becker (1964) ressalta que os agentes estabelecem como meta um número, s , de anos de estudos, com vistas a maximizar o VPL (Valor Presente Líquido) de seus rendimentos futuros, w , até uma determinada data de saída T . De acordo com a visão de Teles (2004), para este raciocínio temos então, no ponto de equilíbrio, o , s (número de anos de

estudos), que iguala o VPL do s -ésimo ano de estudo, ao seu curso C_S (o custo de oportunidade já está incluso), e temos, por conseguinte o equilíbrio representado na fórmula:

$$\sum_{t=1}^{T-s} \frac{w_s - w_{s-1}}{(1+r_s)^t} = w_{s-1} + C_S \quad (1)$$

sendo r_s é a TIR (Taxa Interna de Retorno). Então, conclui-se que a decisão ótima do indivíduo de realizar seus aportes em educação equivale dizer que este só terá estímulos para aumentar sua escolaridade se $r_s > i$, a taxa de juros de mercado. Se T é suficientemente alto, logo a parte da esquerda da equação supracitada, pode ser aproximada e consequentemente teremos a seguinte condição de equilíbrio:

$$\frac{w_s - w_{s-1}}{r_s} = w_{s-1} + C_S \quad (2)$$

Assim, se C_S é suficientemente menor, a equação acima poderá ser imediatamente reformulada da seguinte forma:

$$r_s \approx \frac{w_s - w_{s-1}}{w_{s-1}} \approx \log w_s - \log w_{s-1} \quad (3)$$

Isso equivale a dizer que o retorno do s -ésimo ano de educação é de forma aproximada a diferença do log dos salários entre deixar de estudar em s e em $s - 1$. Obtemos assim a possibilidade de estimar os retornos de s ao se observar como os logs dos salários variam de acordo com S .

Portanto, Mincer (1974) conseguiu estimar os retornos obtidos pela equação pela seguinte fórmula:

$$\log w_i = \beta X_i + r s_i + \delta x_i + \gamma x_i^2 + u_i \quad (4)$$

, sendo X a representação da experiência do indivíduo, X uma série de outras variáveis que afetam a remuneração, e u o termo de erro.

Mincer a partir desta fórmula, tabulando os dados microeconômicos do censo Norte Americano de 1960, obteve que o retorno de um ano de educação por parte de indivíduo gerava um aumento de 10% em seus rendimentos. Por outro lado, um ano a mais de experiência, representava 8% de aumento. Para Teles (2004) o resultado da afirmação de Mincer, implicou no fomento da teoria microeconômica da escolha privada e do investimento em capital e consequentemente levou a formulação de sete outras conclusões:

1. Sendo a taxa interna de retorno (TIR) a taxa de desconto que iguala o valor presente dos benefícios da educação ao valor presente dos custos, quanto maior a taxa de desconto temporal dos agentes, menos esses estarão dispostos a investir em capital humano;
2. Os custos da educação C_S diminuem os incentivos ao seu investimento, ou seja, quanto maior o custo, menos indivíduos tendem a buscar o aumento de seus conhecimentos;
3. Se for grande a possibilidade de desemprego, mesmo com maior qualificação os trabalhadores receberão um incentivo para não investirem em educação.
4. Sendo a educação complementar ao treinamento específico destinado ao trabalho, tem tese, quanto maior o nível educacional, maior a probabilidade de se receber um emprego relacionado a um treinamento no qual o indivíduo tenha participado, enquanto no emprego, ou seja, o próprio trabalho do empregado funciona como uma vitrine de sua produtividade e o indivíduo consequentemente aumenta suas chances de receber uma oferta de outro empregador em função da correlação entre nível educacional X educação profissional;
5. É possível existir benefícios que não são refletidos no salário, quando se incrementa o nível de escolaridade. Para Teles (2004) apud Chevalier e Lydon (2001), esses benefícios marginais aos salários se resumem ao status ou até mesmo a possibilidade de se trabalhar em um emprego que socialmente mais valorado e tido como mais qualificado;

6. É necessária diferenciação entre a análise de equilíbrio parcial com a análise de equilíbrio geral, ou seja, a análise do equilíbrio parcial deve desconsiderar o lado da demanda por trabalho, pois a menos que todos os tipos de trabalho tenham uma demanda perfeitamente elástica, os incentivos à educação, serão eliminados por variações nesta distribuição quando a oferta de trabalho qualificado aumentar e a oferta de trabalho não qualificado diminuir;
7. Há impactos das diferenças nas habilidades dos indivíduos.

3.2 ASPECTOS MACROECONÔMICOS DOS RETORNOS DO INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO

É notório que o investimento em capital humano por parte do indivíduo é benéfico microeconomicamente a ele próprio, fazendo com que o mesmo passe a obter aumento em seus rendimentos a cada ano de estudo. Isto por si só, é elemento suficiente para motivar políticas educacionais por parte dos governos. Contudo, os retornos econômicos vão além da fronteira individual e transbordam seus efeitos para a economia como um todo gerando externalidades positivas.

Para Teles (2004), o investimento de um indivíduo em educação em uma empresa pode vir a favorecer outros indivíduos da mesma empresa, além de poder beneficiar indivíduos na mesma cidade, região ou até mesmo em outros países. O autor ressalta que os retornos agregados do capital humano tendem a serem maiores que os retornos individuais, o que fortalece a tese dos que incentivam o investimento público em educação.

Embora ainda não seja um consenso, autores como Lucas (1988) afirmam que pela existência de externalidades positivas, o investimento em educação por meio da intervenção dos governos é plausível e justificado. Contudo, o autor menciona que este investimento produz efeitos somente no nível do produto, não afetando assim a taxa de crescimento econômico. Já Nelson e Phelps (1966) relatam efusivamente que o investimento em capital humano, por meio da educação formal, bem como educação profissional, afeta o crescimento econômico.

De forma sintética, a literatura divide-se em duas abordagens que relacionam o acúmulo de capital humano com o crescimento econômico dos países. Mankil, Romer e Weil (1992) em suas pesquisas, desenvolveram um modelo de Solow “aumentado”, incorporando o

capital humano à função de produção do modelo de crescimento neoclássico. Com o uso desta modelagem foi possível se concluir que o aumento do capital humano afeta apenas o nível de produto, não afetando a sua taxa de crescimento.

De acordo com a ótica de Teles (2004), este modelo não considera a existência de externalidades positivas do capital humano ao restante da economia, implicando assim na conclusão de que o resultado de equilíbrio de mercado será o ótimo de Pareto, dispensando assim a intervenção pública na educação.

Já a segunda abordagem diz respeito aos modelos de crescimento endógeno onde o crescimento econômico se dá a partir da percepção de que o ótimo social é maior que o ótimo privado. Autores como Lucas (1988) e Nelson e Phelps (1966) defendem a tese de que o investimento em capital humano, afeta a taxa de crescimento da economia, justificando assim a intervenção do Estado na educação.

Deste modo, a questão que a teoria de crescimento econômico a partir do modelo de capital humano busca responder é se um aumento do estoque de capital humano, afeta nível de produto, ou simplesmente afeta sua taxa de crescimento. Desta forma, percebe-se naturalmente as dificuldades em se mensurar o estoque de capital humano. Uma grande gama de fatores é alçada, e a heterogeneidade de parâmetros faz com que se assumam a incapacidade do modelo ser generalizado para todos os países, ou seja, em face das condições econômicas de um país e seu estágio de desenvolvimento, os parâmetros que subsidiam a mensuração deste estoque, difere-se de outro país.

A dificuldade de se medir e comparar graus de conhecimento e de competência em períodos e países distintos é relativamente complexo. Heterogeneidade de parâmetros a serem consideradas, incertezas nas especificações dos parâmetros a serem julgados em cada caso, para cada país, endogeneidade do capital humano, falta de distinção entre os diversos tipos de educação, desconsideração de experiência proporcionada pela execução empírica do trabalho, bem como desconsideração da qualidade da educação a que o indivíduo é submetido em seu país, reafirma a tese de o quão difícil é mensurar e comparar macroeconomicamente os impactos do capital humano.

Apesar de haver inúmeros problemas metodológicos, muitos autores estão produzindo trabalhos empíricos que denotam a relação entre o capital humano e o crescimento econômico e crescimento da produtividade. A Figura 02 foi extraída da pesquisa de Bernanke e Giirkaynak (2002), que comparou a Produtividade Total dos Fatores (ou TFP, por sua sigla em inglês) com a quantidade de anos estudados nos países representados pelas suas iniciais,

também no idioma inglês conseguimos uma comparação, usando o modelo Solow “aumentado” proposto por Lucas (1988).

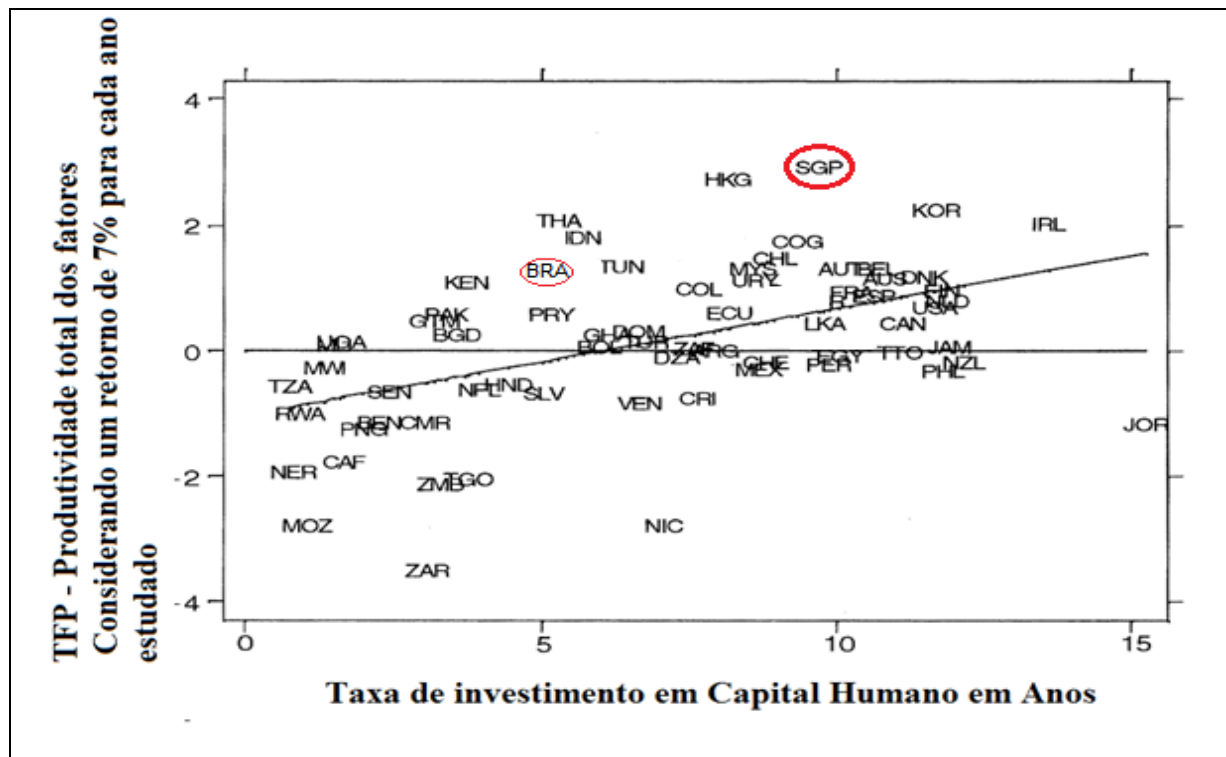


Figura 2 – Correlação entre crescimento da TFP (Produtividade total dos fatores) com a taxa de escolaridade dos países dados de 1965 a 1995.

Fonte: Bernanke e Giirkeynak, 2002. Tradução Cleison Lucas, 2013.

Segundo a pesquisa, no Brasil (BRA) os trabalhadores que possuíam 5,2 anos de estudos, possuíam uma produtividade 1,5% maior que aqueles que possuíam escolaridade menor. Em Cingapura (SGP), trabalhadores com 10 anos de escolaridade possuíam uma produtividade de até 3% maior que aqueles trabalhadores menos estudados. A regressão proposta na pesquisa provou que quanto menor a quantidade de anos de estudos, menor a TPF.

3.3 A UNIVERSIDADE NO CONTEXTO REGIONAL

A educação superior tem uma significativa e direta contribuição para a economia local e regional. Instituições de Ensino Superior (IES) são grandes empregadores, consumidores de insumos, clientes de empresas e fornecedores de bens e serviços. As despesas dos seus estudantes e de seus colaboradores impactam diretamente a renda e emprego nas cidades e regiões nas quais se inserem. Instituições de Ensino Superior ajudam a

criar uma base tributária maior e são, simultaneamente, os consumidores dos serviços prestados pelos governos locais e fornecedores de mão de obra para empresas locais. Essas interações são denominadas, segundo Felsenstein (1996), os "efeitos para frente e para trás"³.

Além da importância direta no desenvolvimento regional, há também impactos indiretos ligados ao capital humano. A oferta de mão de obra qualificada age como força motriz do desenvolvimento, atraindo empresas interessadas no capital intelectual produzido pela academia. Para Rolim e Serra (2009), a dimensão regional do impacto provocado pela instalação de uma Universidade, passa a ter uma importância central na medida em que o ambiente regional/local se torna importante quanto à situação macroeconômica nacional na determinação da habilidade das empresas em competir numa economia globalizada.

A disponibilidade dos atributos regionais/locais (conhecimento, habilidades, etc.) será um fator decisivo na decisão locacional das empresas, o que faz das universidades que estão umbilicalmente ligadas às suas regiões, elementos importantes no processo de desenvolvimento regional.

Os modelos de desenvolvimento rurais procuram destacar o desenvolvimento baseado apenas nas vantagens e especificidades da região, já o desenvolvimento de indústrias costumam ser baseadas no conhecimento. Isto resultou em uma reavaliação do papel das IES nas regiões. Uma economia baseada em conhecimento ou de aprendizagem requer um maior número de diplomados que já tenham habilidades práticas para o emprego.

A abordagem de Goddard (1999) afirma que a principal contribuição da universidade para o desenvolvimento regional é manifestada na harmonização de processos em nível regional. O modelo criado por Goddard enfoca os processos que ligam todos os componentes dentro da universidade e da região em um sistema de aprendizagem.

Este modelo enfatiza o papel das universidades bem como de toda a região onde ela se insere. Dentro da universidade, o desafio consiste em ligar os papéis de serviços de ensino, pesquisa e extensão por meio de mecanismos internos (financiamento, desenvolvimento de pessoal, incentivos e recompensas, comunicações, etc.) que tornam essas atividades mais adequadas às necessidades regionais. Estas ligações representam o valor acrescentado pelos processos de gestão.

³ Em regiões onde as instituições de ensino superior são bem representadas, a contribuição para o PIB regional pode ser significativo. Por exemplo, nas regiões periféricas o volume transacionado pelas IES pode representar de 2 a 4% do PIB regional segundo Rolim e Serra (2009).

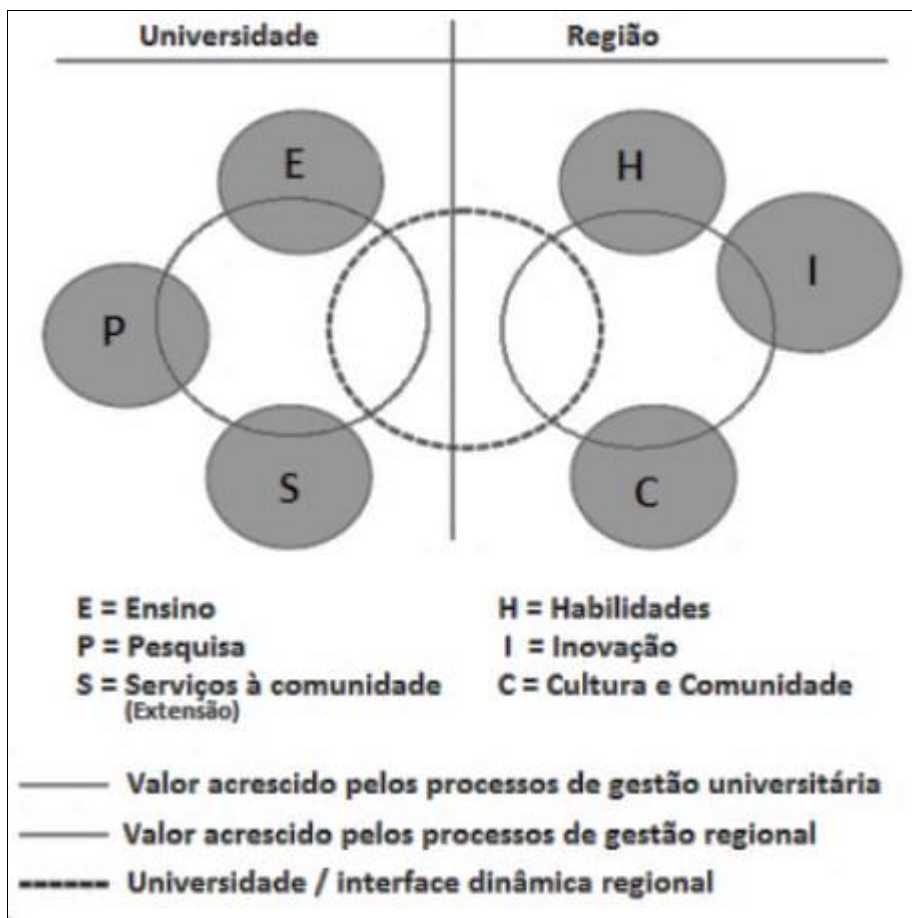


Figura 3 – Correlação entre universidade e a comunidade local através do modelo de Goddard.

Fonte: Goddard, 1999, p. 8. Tradução Cleison Lucas, 2013.

Dentro da região, o desafio para as universidades é se envolver em muitos enfoques do processo de desenvolvimento (por exemplo: habilidades de aprimoramento, desenvolvimento tecnológico e inovação e consciência cultural) e ligá-los com os mecanismos internos da universidade.

A interpretação do processo, em caso de sucesso, será uma organização de aprendizagem, em que o todo é mais que a soma de suas partes e a região bem sucedida terá dinâmica semelhante em que a universidade é um ente chave. Isto pode ser observado no modelo de efeitos recíprocos entre universidade e região representada por dois círculos virtuais e os estudantes dinâmicos. A cooperação das universidades públicas e privadas da região ocasiona uma relação de interlaçada entre ambas, tornando a relação sinérgica entre as três funções básicas: inovação, sociedade e conhecimento disponível, levando ao benefício de ambas, universidade e região.

Além disso, se as IES desejam contribuir para o desenvolvimento econômico regional, devem oferecer mais do que educação, devem se envolver com as regiões e

contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos baseados em profissões que permitam aos graduados da região encontrar empregos e, portanto, permanecer em suas comunidades. As IES também devem satisfazer as necessidades das empresas existentes na região de forma a lhes propiciarem melhores competências e conseqüentemente a transferência de tecnologia.

Assim, as sociedades nas quais se inserem as IES, demandam que elas se envolvam não só na criação de conhecimento, mas também na aplicação deste conhecimento, frequentemente em colaboração com comunidades locais e regionais. Finalmente, elas deverão ter uma abordagem interdisciplinar às suas atividades e se engajar em parcerias com a indústria, com as comunidades e com uma variedade de partes interessadas. Estes fatores têm um impacto sobre todos os aspectos do papel da instituição de ensino superior. E neste contexto se insere a UnB.

4. A UnB E SEU HISTÓRICO DE QUALIFICAÇÃO DO INDIVÍDUO

A UnB nasceu a partir de um sonho utópico de Darcy Ribeiro⁴ e de Anísio Teixeira⁵. Utópico, pois existiam muitos integrantes do governo de Juscelino Kubitschek e posteriormente do governo João Goulart contrários à ideia de se criar uma Universidade na Capital do país. De acordo com relatos da obra de Ribeiro (1978), Israel Pinheiro, o proeminente engenheiro responsável pelas grandes obras da capital, chegou a afirmar que duas coisas não deviam existir em Brasília: operários e estudantes.

Para os contrários à Universidade, a ideia de universidade estava associada à de possíveis turbulências, como greves, questionamentos aos governos etc.; enquanto para os mais visionários, à consciência crítica do país. Juscelino, notadamente, guiava pelo último critério, porém também duvidou da conveniência enfrentando o dilema de se criar aqui uma livre universidade pública ou uma universidade privada.

Quando o arquiteto Lúcio Costa concebeu Brasília como nova capital do Brasil, já pensava a cidade como um polo de irradiação cultural e intelectual, dotado de uma nova universidade. Previu até o local do seu campus: entre a Asa Norte e o Lago. Mas, de fato, a proposta de criação da Universidade de Brasília só foi encaminhada por Juscelino Kubitschek ao Congresso no dia da inauguração da cidade, em 21 de abril de 1960. Até fins de 1961, uma intensa atividade foi desenvolvida para delinear o perfil da nova instituição. Nesses trabalhos desempenharam um papel fundamental Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, que, a convite do professor Vítor Nunes Leal (chefe do Gabinete Civil de novembro de 1956 a agosto de 1959 e consultor geral da República de fevereiro a outubro de 1960), encaminharam as discussões.

Em seu livro *UnB: invenção e descaminho* (página 19), Darcy Ribeiro fornece este depoimento: "Procurei então, interessar meus amigos Vítor Nunes Leal, chefe da Casa Civil, e Cyro dos Anjos, subchefe, na ideia da criação na nova capital de uma universidade tão inovadora no plano cultural quanto o era a nova Brasília no plano urbanístico e arquitetural".

A inspiração da nova universidade, que surgiu em contraposição às instituições existentes, consideradas obsoletas, veio do interrompido projeto da Universidade do Distrito

⁴ Darcy Ribeiro foi um antropólogo, escritor e político brasileiro conhecido por seu foco em relação aos índios e à educação no país, foi o primeiro reitor da UnB.

⁵ Anísio Spínola Teixeira foi um jurista, intelectual, educador e escritor brasileiro. Personagem central na história da educação no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, difundiu os pressupostos do movimento da Escola Nova, que tinha como princípio a ênfase no desenvolvimento do intelecto e na capacidade de julgamento, em preferência à memorização. Recentemente foi homenageado cedendo seu nome ao mais novo prédio com salas de aula no Campus Darcy Ribeiro da UnB.

Federal (UDF), impulsionado por Anísio Teixeira na década de 1930. Em 15 de dezembro de 1961, o presidente João Goulart sancionou a Lei nº 3.998 de 15 de dezembro de 1961, que autorizava o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília (FUB), mantenedora da futura universidade. Alguns dias depois, em 5 de Janeiro de 1962, o então ministro de Educação e Cultura, Antônio Ferreira de Oliveira Brito, empossou os membros do primeiro conselho diretor da FUB. Em 15 de janeiro, através do Decreto nº 500 foram finalmente aprovados o estatuto da FUB e a estrutura da Universidade de Brasília (UnB). Na primeira reunião do conselho, Darcy Ribeiro seria eleito presidente do conselho e reitor da nova universidade de acordo com relatos de Ribeiro (1978).

O Plano Orientador da Universidade de Brasília aprovado pelo conselho diretor da FUB estabelecia que a nova universidade começasse a constituir-se em torno de oito institutos centrais, cujo desdobramento em departamentos e faculdades seria estabelecido oportunamente.

Entretanto, a universidade não esperou essas definições para entrar em funcionamento. Uma resolução o conselho diretor autorizou a implantação imediata de três cursos transitórios (considerados cursos-tronco) que constituíram o embrião da UnB. Eram eles os cursos de Direito, Economia e Administração; Arquitetura e Urbanismo; e Letras Brasileiras, abrangendo Literatura e Jornalismo.

As primeiras aulas foram ministradas em um dos prédios da Esplanada dos Ministérios. O corpo discente inicial era composto de 413 estudantes que desenvolveriam estudos de graduação e de pós-graduação. O campus da UnB só foi inaugurado na data do segundo aniversário da cidade, em 21 de Abril de 1962. Para Salmeron (2007) a UnB foi fundada com o espírito de ser uma estrutura nova para o Brasil, representando uma fase na evolução das universidades brasileiras, não como modelo permanente, mas sim próxima à sociedade que com tanta expectativa a acolhia.

E essa expectativa, ao menos em parte, tem sido contemplada.

4.1 POLÍTICAS DE INGRESSO DA UnB

Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira vislumbravam uma UnB de acesso universal e livre. Contudo, a UnB de Darcy e Anísio sempre possuiu uma demanda por suas vagas bem maior que a oferta, o que obrigou a Universidade selecionar os candidatos mais preparados por meios como o Vestibular, o Vestibular Indígena, o Programa de Avaliação Seriada (PAS),

como também por meio da Transferência Facultativa e pela Transferência obrigatória de alunos Diplomados, Estrangeiros ou Especiais.

4.1.1 Vestibular

Na Universidade de Brasília (UnB) o vestibular é ainda a forma mais tradicional de ingresso na Universidade. A prova é organizada pelo Centro de Seleção e Promoção de Eventos (CESPE), e os candidatos se candidatam por meio de duas formas: o Sistema Universal, onde qualquer estudante se inscreve, ou pelo Sistema de Cotas para Negros que será explanado adiante. A UnB realiza dois vestibulares por ano, sendo as vagas divididas com os candidatos do Programa de Avaliação Seriada (PAS), onde o estudante durante o ensino médio é avaliado por meio de provas, bem como o vestibular tradicional.

Além dessas duas modalidades, há também um vestibular específico para os índios, decorrente de um convênio firmado, em 16 de fevereiro de 2004, entre a UnB e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Esta modalidade de ingresso é gratuita, contudo, restrito a candidatos indígenas que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas, ou que tenham tido bolsa de estudos integral para estudar na rede particular e que não tenham formação em outro curso superior. Os candidatos indígenas participam de entrevista, segundo a qual se busca aferir o conhecimento e o envolvimento destes com a realidade da comunidade. Para participar do vestibular o candidato tem que ser indicado em ata de reunião (com assinatura de pelo menos duas lideranças e de todos os presentes) da comunidade, associação ou organização indígena, e preencher um questionário sociocultural.

A UnB também permite que o estudante que ainda não concluiu o ensino médio e deseja avaliar seus conhecimentos, preste o vestibular. Contudo, o interessado se inscreve na modalidade “treineiro”, participando do processo seletivo, porém não habilitado a se matricular, pois ainda não possui os requisitos legais, mesmo que a pontuação seja suficiente para ingressar no curso escolhido.

O candidato desta modalidade recebe um boletim de desempenho, mas seu resultado não entrará no cálculo de argumento final – que considera a média de todas as notas.

4.1.2 Política de Cotas

As Políticas de Cotas adotadas pela Universidade de Brasília visam destinar um percentual de vagas em cursos de graduação a determinados grupos sociais com vistas, segundo o entendimento da instituição, propiciar uma reparação histórica intergeracional de erros no tratamento das questões escravocratas no Brasil. Os candidatos ao vestibular devem optar pelo Sistema de Cotas para Negros ao se inscreverem. Contudo, é realizada uma entrevista pessoal em data posterior à realização das provas de conhecimentos e anterior à divulgação do resultado final do processo seletivo, com a intenção de aferir a real necessidade da retratação histórica.

Uma Banca Entrevistadora, formada por professores, emite parecer dizendo se o candidato é apto a concorrer pelo Sistema de Cotas. Caso ele seja inabilitado, passará a disputar uma vaga oferecida pelo Sistema Universal. Se o candidato já tenha participado como cotista em edições anteriores do vestibular, ele é dispensado de participar da entrevista⁶.

Cerca de 20% das vagas são reservadas para o Sistema de Cotas. Porém, com a Lei Nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012, este percentual passa para 50% (cinquenta por cento) e deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita desde que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e se autodeclarem afrodescendentes, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de afrodescendentes, pardos e indígenas na população do Distrito Federal, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2012, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou constitucional a política de cotas étnico-raciais para seleção de estudantes UnB. Por unanimidade, os ministros julgaram improcedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186 ajuizada na Corte pelo partido político Democratas (DEM).

4.2 POLÍTICA DE EXPANSÃO DE VAGAS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Tendo em vista a grande demanda pelos cursos oferecidos pela Universidade de Brasília, a UnB foi uma das primeiras universidades aderir ao REUNI (O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). O REUNI foi

⁶ Nos últimos anos, muitos candidatos a “treineiros” com boas notas vêm impetrando mandado de segurança para assegurar suas matrículas e o direito de opção de curso com a tese de que mesmo sem o requisito legal da conclusão do ensino médio, possuem conhecimentos suficientes para acompanhar o curso. O poder Judiciário tem convalidado em alguns casos este direito.

instituído pelo então Presidente Lula, por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de Abril de 2007, que visava definir como um dos seus objetivos a adequação das universidades federais das condições mínimas necessárias para ampliação do acesso e a posterior permanência na educação superior. O Programa constava como uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo Presidente, também em 24 de Abril de 2007.

Este programa também visava concentrar os esforços com o intuito de consolidar uma política nacional de expansão da educação superior pública, onde o Ministério da Educação pudesse vir a desempenhar o seu papel atribuído no PDE (Lei nº 10.172/2001), que estabelecia o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da primeira década do novo milênio.

De tal modo, o REUNI possuía e ainda possui como meta global, a elevação gradual e contínua da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. Além das metas citadas, o REUNI apontava para a ampliação do acesso à universidade, de forma que ocorresse um melhor aproveitamento da estrutura física bem como o aumento proporcional do contingente de recursos humanos existente nas universidades federais, contudo, de forma pragmática o programa se atentava em resguardar a qualidade da formação de seus egressos, com vistas a garantir que eles se tornem aptos a postularem bons empregos no mundo contemporâneo, bem como se tornarem cidadãos com espírito crítico que possam contribuir para solução de problemas cada vez mais complexos da vida pública.

É natural ressaltar que esta dissertação não possui como foco a averiguação das metas do projeto REUNI, porém como se trata de uma grande mudança no paradigma institucional da Universidade, a citação se torna relevante.

5 A UnB COMO INSTRUMENTO DE GERAÇÃO DE EMPREGO E DE RENDA

5.1 ENSINO

Segundo o Censo 2010 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada do Distrito Federal saltou de 2.051.146 habitantes em 2000 para 2.469.489 habitantes em 2010. Ou seja, um crescimento na ordem de 20,39% no período, ou 1,31 % ao ano em média. Ainda segundo o censo de 2010 do IBGE, existem no DF 656.089 pessoas com mais de 10 anos de idade, que possuem o ensino médio completo e superior incompleto. Há, também, 366.883 pessoas de 10 anos ou mais de idade, que possuem o ensino fundamental completo e médio incompleto. Embora não deva ser meta que 100% de todos os concluintes do ensino médio sejam inseridos no ensino superior, há de se convir que em qualquer cenário a demanda provável por ensino superior no DF é elevada.

De acordo com os dados informados pela Universidade de Brasília, durante o período analisado (2000 a 2010), a UnB formou aproximadamente 20.591 alunos de graduação e 1.556 de pós-graduação. Na última década, a universidade se expandiu pelo Distrito Federal, aproximando-se mais da comunidade e hoje é composta não mais por apenas um campus, como ao fim do século XX, mas sim quatro campi, sendo eles: o Darcy Ribeiro, Planaltina, Gama e Ceilândia, respectivamente por antiguidade.

No que tange a Pós-Graduação, o Distrito Federal como um todo é a unidade federativa que possui o maior índice de Mestres e Doutores por mil habitantes no país. Segundo estudo de 2012 do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) que analisou dados do IBGE no censo de 2010, embora aproximadamente um terço dos mestres e dos doutores brasileiros resida no Estado de São Paulo, o número de mestres e de doutores por mil habitantes é bem menor do que o número do Distrito Federal, bem como o número do Estado do Rio de Janeiro.

O Distrito Federal possuía em 2010 cerca de 18 mestres para cada grupo de mil habitantes na faixa etária entre 25 e 65 anos de idade. Já o Rio de Janeiro e São Paulo ocupavam a segunda e a terceira posições, respectivamente, na lista das unidades da Federação com maior densidade populacional de mestres, apresentando densidades 9,2 para o Rio de Janeiro e 7,0 mestres por mil habitantes em São Paulo. O número de Doutores também seguia a mesma ordem. Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo apresentavam, respectivamente, 5,4; 3,6 e 2,8 doutores por mil habitantes na referida faixa etária.

Contudo, o estudo do CGEE não considerou a origem da formação destes mestres e doutores residentes no DF, ou seja, não distinguiu exatamente quais Universidades estabelecidas no Distrito Federal formaram estes mestres e doutores, porém é factível que a Universidade de Brasília tenha contribuído de forma efetiva para que estes índices fossem alcançados.

5.2 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DESTE ESTUDO

Para podermos avaliar a situação dos egressos da UnB, foram escolhidos, cursos com amostras representativas na proporção ingresso *versus* egressos, ou seja, que possuíam um considerável índice de conclusão e que, preferencialmente, suas profissões fossem regulamentadas por órgãos reguladores de classe. A partir desta seleção foram relacionados os egressos dos cursos de Administração, Ciências Econômicas, Direito, Enfermagem, Enfermagem e Obstetrícia, Engenharia Automotiva, Engenharia de Energia, Engenharia de Software, Engenharia Eletrônica, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Computação, Engenharia de Redes de Comunicação, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Florestal, Engenharia Mecânica, Engenharia Mecatrônica e Medicina.

A somatória dos concluintes destes cursos perfaz um universo de 10.882 egressos, ou seja, cerca de 52,84% do total geral de formandos dos cursos de graduação presencial da UnB no período de 2000 a 2010 na UnB.

Para fins do estudo discorrido *a posteriori*, não se fez distinção quanto ao meio de ingresso dos egressos, ou seja, independentemente se o ingresso do egresso tenha sido por meio de vestibular, programa de avaliação seriada etc. ele fez parte da amostra, contudo, somente levou-se em consideração os que cursaram por meio da modalidade presencial, desconsiderando aqueles que o fizeram por meio da modalidade à distância, descrito no Gráfico 1.

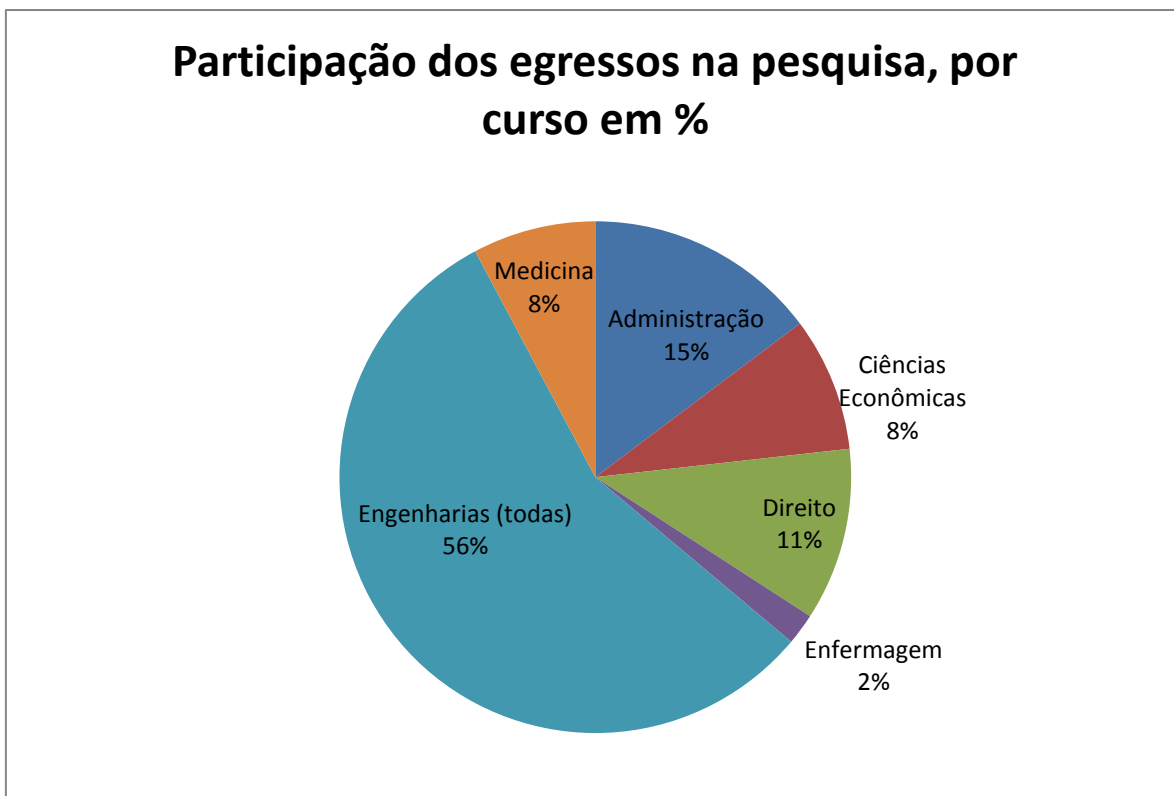


Gráfico 1 – Proporcionalidade entre o universo de egressos do período de 2000 a 2010.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília.

Como relatado acima, o critério de seleção dos cursos baseou-se na análise da proporção do número de ingressos de estudantes por meio de vestibular *versus* o número total de alunos que se evadiram da Universidade. Como exemplo deste critério, o curso de Bacharelado em Física não foi relacionado, pois a proporcionalidade entre ingresso e evasão foi considerada alta, acima de 20%. Como se segue, é possível notar (Gráfico 2) que a média de evasão entre os anos de 2000 a 2005 deste curso foi de cerca de 55,40%, ou seja, mais da metade dos estudantes que ingressaram por meio de vestibular, não completaram seus cursos.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi necessário o apoio da Secretaria de Assuntos Acadêmicos (SAA), vinculada à Vice-Reitoria, bem como o apoio do Centro de Informática (CPD) da UnB. Inicialmente o Departamento de Economia da UnB solicitou oficialmente, por meio do memorando 64972/2012, à Secretaria de Administração Acadêmica (SAA) o *e-mail* de todos os estudantes que concluíram seus cursos de graduação entre o ano 2000 a 2010.

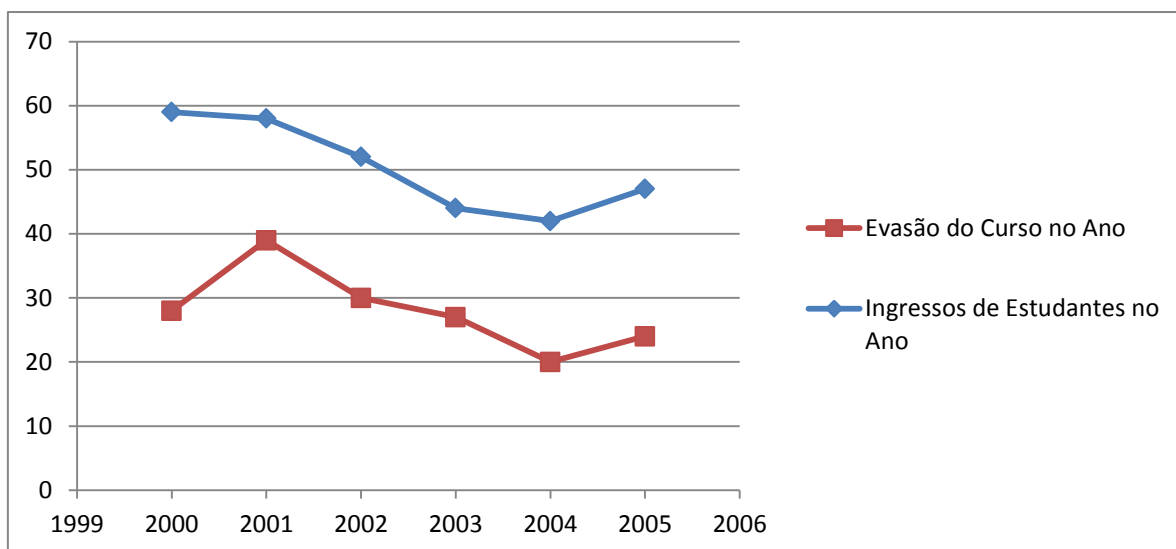


Gráfico 2 – Relação entre o número de alunos ingressantes por meio de vestibular com o número de alunos que não concluíram seus cursos entre os anos de 2000 a 2005.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela pesquisa.

Desta forma, a SAA encaminhou ao Centro de Informática (CPD) a demanda que fora prontamente atendida, e nos retornou uma tabela contendo os campos Matrícula, UF de Nascimento, Residência, Ano de Ingresso na UnB, Ano de Formatura, Curso e os campi dos egressos no período que acima cadastrados na base de dados do SIGRA (Sistema de Graduação).

Assim, foi enviado um e-mail (anexo 9.6) a cada um dos egressos dos cursos elencados, solicitando que respondessem a um questionário em que constavam questões relativas ao seu curso de formação do tipo: em qual curso o egresso havia se formado, seu emprego do tipo: trabalhava na área de formação, se possuía registro em órgão de classe, em qual região do país ou do mundo estava trabalhando, em qual o setor exercia suas atividades e por fim, quais suas rendas no momento da pesquisa, estipulada em salários mínimos, com o intuito precípuo de se aferir, aproximadamente, o quanto a renda do profissional contribui para a renda total do Distrito Federal.

Foram coletados 925 formulários entre os dias 07/06/2012 e 28/06/2012. Porém, para efeitos desta pesquisa foram considerados apenas 861 formulários. A diferença entre os 925 formulários coletados e 861 validados se deu em face da desconsideração de egressos que marcaram a opção ‘outro’ no tópico “Em qual curso você se formou na UnB?” haja vista que os demais cursos não pertenciam ao rol da amostra selecionada.

Assim, foi considerada uma amostra de 8% do total de egressos de nossa população específica (cursos selecionados) e 4,1% da população geral (total de egressos de todos os cursos da UnB no período 2000 a 2010).

Os dados foram organizados e tabulados em forma de tabelas (vide apêndice) e a partir de então os dados foram estudados e as inferências estatísticas são relatadas na sequência.

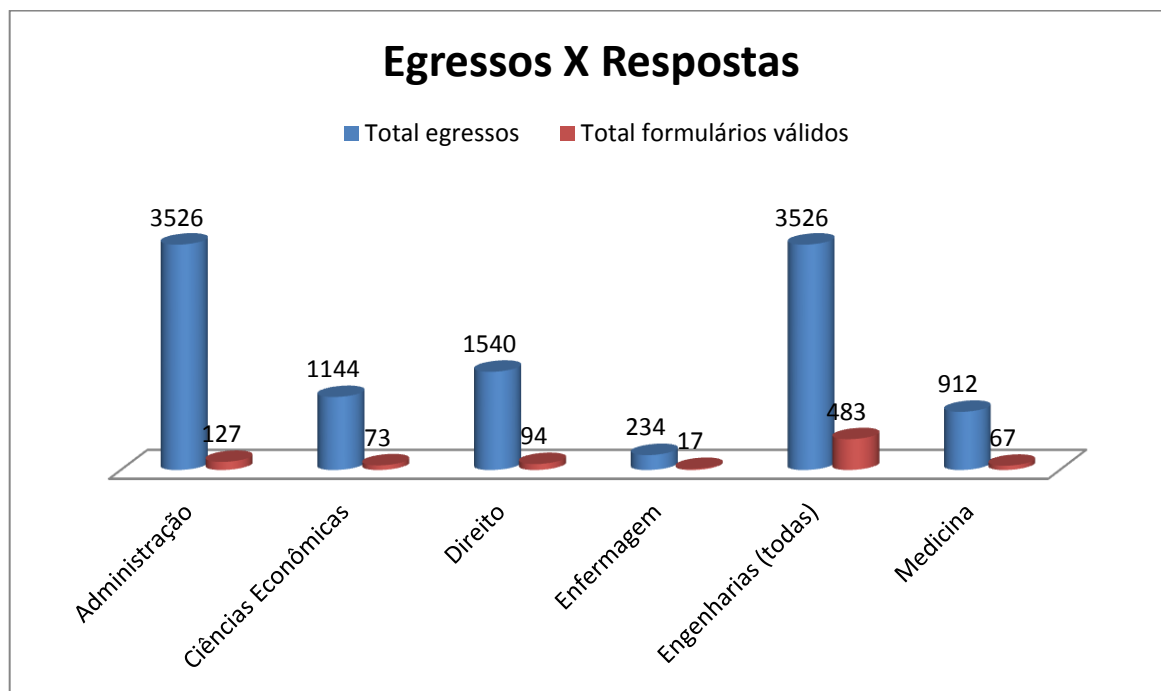


Gráfico 3 – Distribuição de respostas aos questionários de acordo com os respectivos cursos.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela pesquisa.

Para o cálculo da amostra foi observado a margem de erro de 4,3% para cima ou para baixo, sendo que o nível de confiança foi de 99% para uma população de 20.591 egressos, onde a porcentagem de distribuição da resposta constou como 50%. Observou-se que a população com maior número de respostas ao questionário foram os egressos dos cursos de Engenharia, (Gráfico 4).

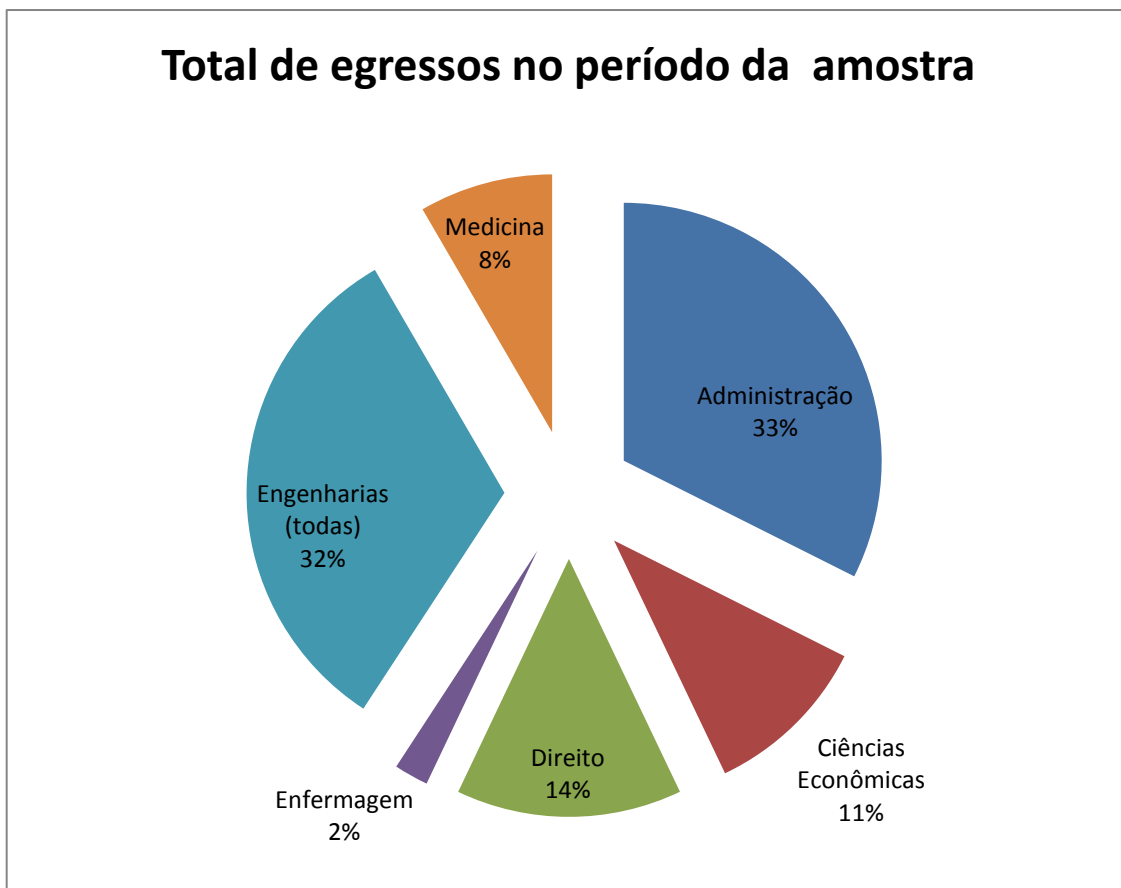


Gráfico 4 - Distribuição da Amostra em face dos que responderam a pesquisa.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília.

5.3 RESULTADOS OBTIDOS

5.3.1 Empregabilidade

A primeira pergunta dos egressos após o questionamento do curso, ano de início e ano de conclusão, foi se ele ou ela estava ou não trabalhando na área em que se formou. Foi constatado que 72,56% dos egressos seguiram trabalhando na área após a conclusão de seus cursos. Assim, pouco mais de um quarto dos entrevistados (27,44%) não seguiram trabalhando na sua área de formação (Gráfico 5).

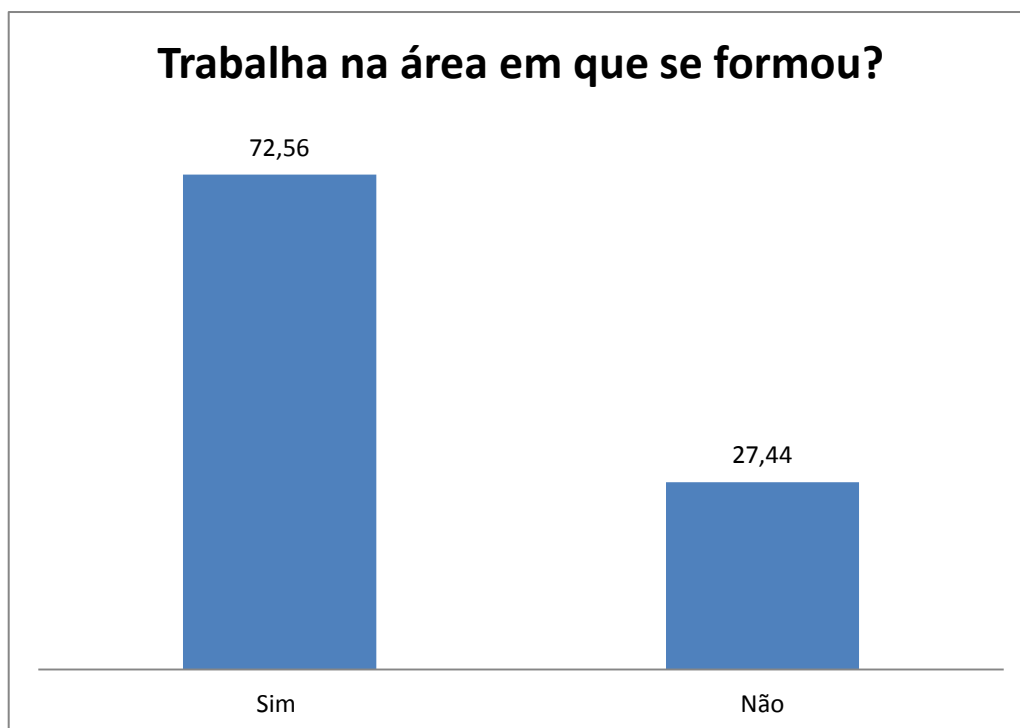


Gráfico 5- Entrevistados que se declararam atuantes da área de formação e que estavam empregados no momento da pesquisa.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília.

Essa mudança de área de atividade profissional é mais frequentemente entre os formados em Ciências Econômicas. Cerca de 40% dos concluintes deste curso (Gráfico 6), que se encontravam trabalhando no momento da pesquisa, declararam que não estavam trabalhando na área, mas sim em outras áreas de atuação. Aproximadamente 31% dos egressos dos cursos de Engenharia da UnB que se encontravam em atividade remunerada no DF também não estavam trabalhando na área. Já as profissões na área Médica, foram as que possuíam um menor percentual de egressos que não se encontravam trabalhando na área em que se formaram, conforme Gráfico 6 a seguir.

A pesquisa foi separada por gênero, com intuito de se descobrir qual gênero possui maiores oportunidade de trabalho na área em que o egresso tenha cursado sua graduação na UnB. Foi constatado, (Gráfico 7) que as mulheres possuem uma empregabilidade ligeiramente superior aos homens, cerca de 2,5% a mais, contudo dentro da margem de erro. Entre os homens, 28,13% acabam não trabalhando em suas respectivas áreas de formação.

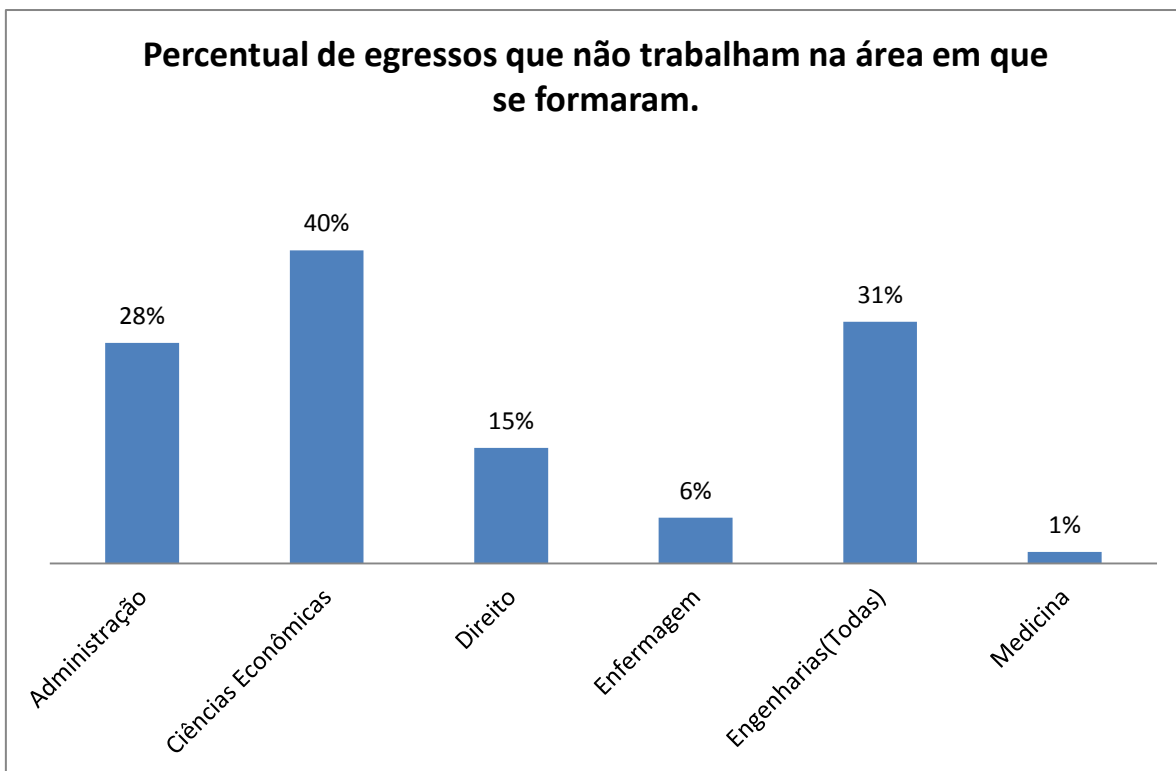


Gráfico 6- Percentual de egressos que declararam que não trabalham na área que se formaram.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília.

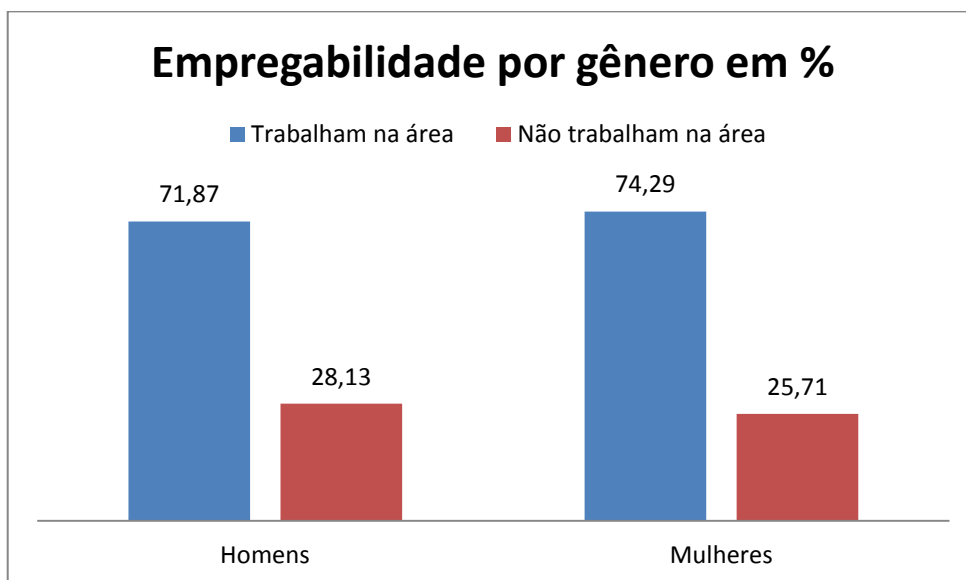


Gráfico 7 - Percentuais dos entrevistados que se declararam atuantes da área de formação e que estavam empregados no momento da pesquisa, por gênero.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília.

5.3.2 Local do Emprego

Para fins da pesquisa, foram então selecionados os egressos que estavam empregados na área em que se formaram. A estes foi questionado em qual estado exerciam prioritariamente as suas atividades profissionais. Este questionamento tinha como objetivo a aferição do impacto econômico do profissional no Distrito Federal. Foi constatado que a mão de obra formada pela UnB em sua grande maioria fixa vínculos empregatícios no DF. Cerca de 79% dos entrevistados, ou seja, em média quase 4/5 dos egressos que estão empregados na área em que se formaram, responderam que desenvolvem suas atividades no quadrilátero da Capital Federal.

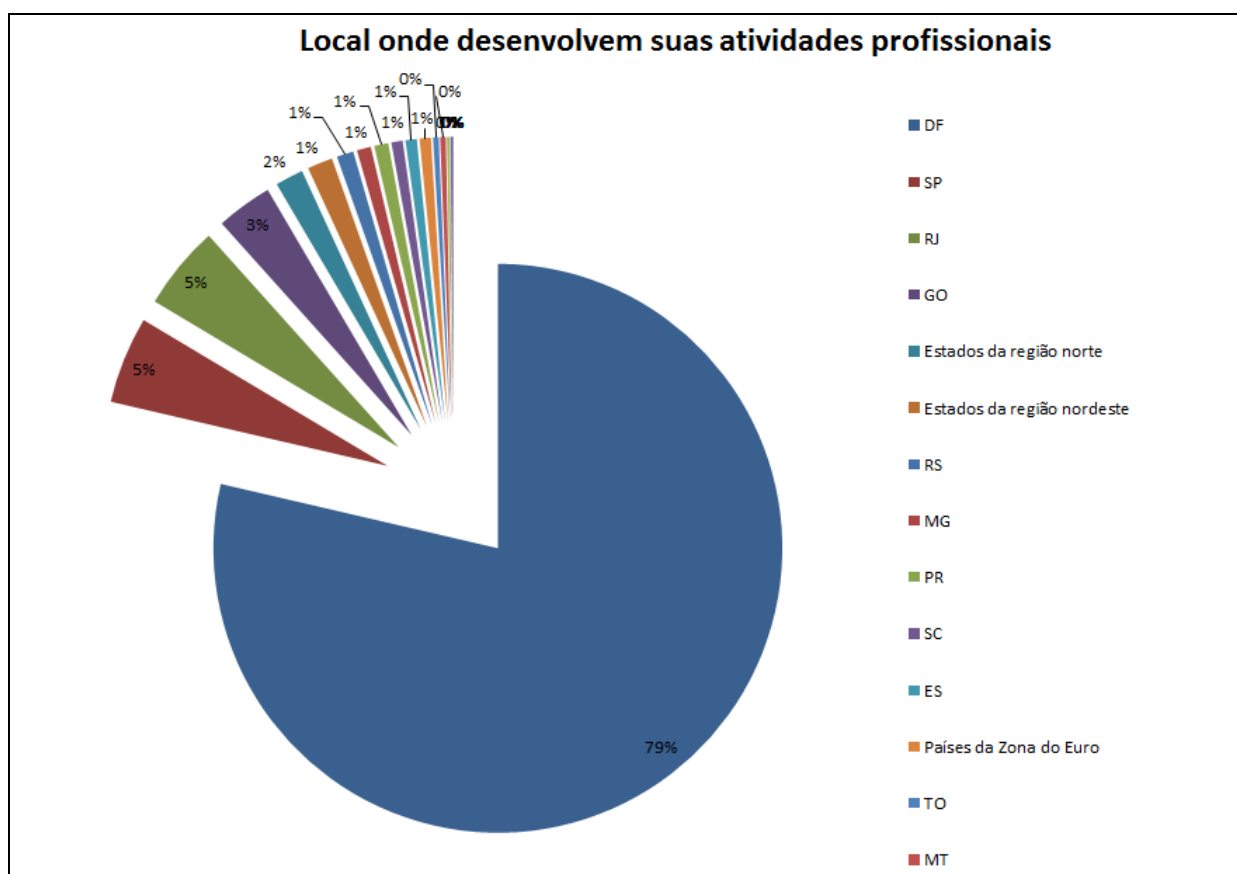


Gráfico 8 - Percentuais dos entrevistados que se declararam empregados na área de formação e estão atuando no Distrito Federal.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília 2012.

Um em cada cinco (cerca de 21%) dos entrevistados respondeu que desenvolve suas atividades profissionais prioritariamente em outros estados. O Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro são os mercados que, depois do DF, mais absorvem profissionais egressos das

graduações da UnB. Em face de seu potencial econômico, cerca de 5% dos egressos tem como destino esses estados, haja vista a baixa industrialização do DF e conseqüentemente o pequeno mercado de trabalho para algumas profissões, como por exemplo, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica e Engenharia Mecatrônica. Logo em seguida, está o Estado de Goiás. Devido à proximidade e localização estratégica, a UnB atrai muitos estudantes deste Estado que, quando formados, fixam residência no DF. Contudo, Goiás ainda é o destino profissional para 3% dos egressos de graduação da UnB.

5.3.3 Setor de Atuação

Além do local de atuação do profissional egresso das graduações da UnB, era de interesse desta pesquisa conhecer o local de atuação dos profissionais que se declararam atuantes no Distrito Federal. Para os 79% que declararam que estão empregados na área e atuam prioritariamente do Distrito Federal foi questionado se trabalhavam na Iniciativa Privada ou no Setor Público. Haja vista a proximidade com o poder federal e distrital, cerca de 67% dos egressos da Universidade de Brasília atuam no serviço público. Já na iniciativa privada 33% dos egressos que estão empregados em sua área de formação, exercem suas atividades profissionais no Distrito Federal.

Infere-se, então, que boa parte dos egressos que a UnB coloca no mercado de trabalho é destinada às fileiras governamentais que dirigem de forma direta ou indiretamente o país. Este fato, por si só, já demonstra uma externalidade positiva provocada pela UnB não só na economia distrital, mas também na gestão pública do Brasil. Para uma universidade que formou 20.591 pessoas entre 2000 e 2010, é provável que 10.899 egressos (67%) se tornaram servidores públicos⁷ e atuam no Distrito Federal.

Quando separados por gêneros a amostra identifica que, em média, os homens preferem o setor público, porém ainda em um número um pouco menor que as mulheres. Cerca de 67% dos homens declararam que estão no serviço público e 33% encontram trabalhando no Distrito Federal na iniciativa privada (Gráfico 9)

⁷ Inclui Servidores públicos Federais, da administração direta, indireta, fundacional civis e militares. Inclui também servidores do Governo do Distrito administração direta, indireta, fundacional civis e militares. Empresas públicas Federais e Distritais.

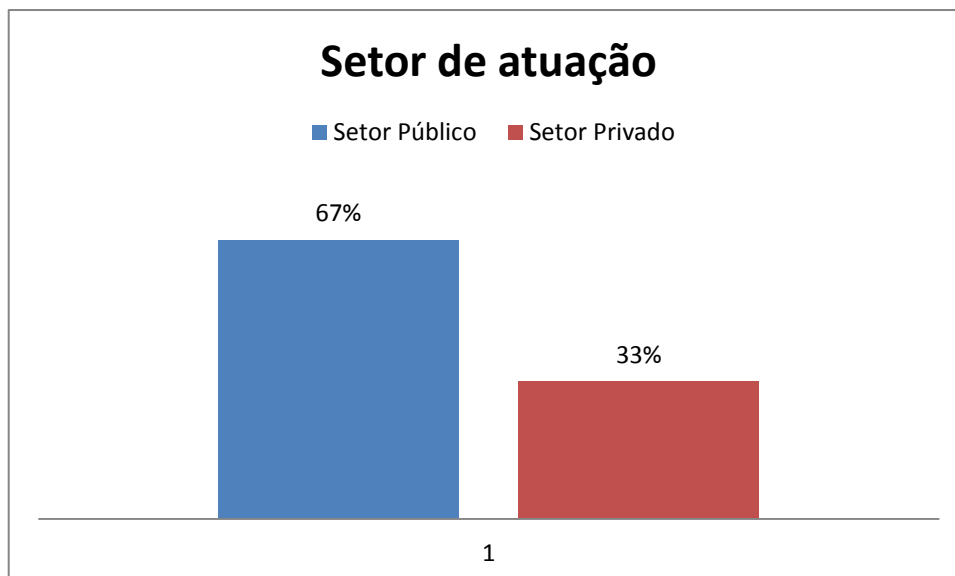


Gráfico 9 - Percentuais dos entrevistados que se declararam empregados no setor público ou no setor privado, dentre aqueles que se declararam empregados na área de formação, estão empregados e exercem suas atividades no DF.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília 2012.

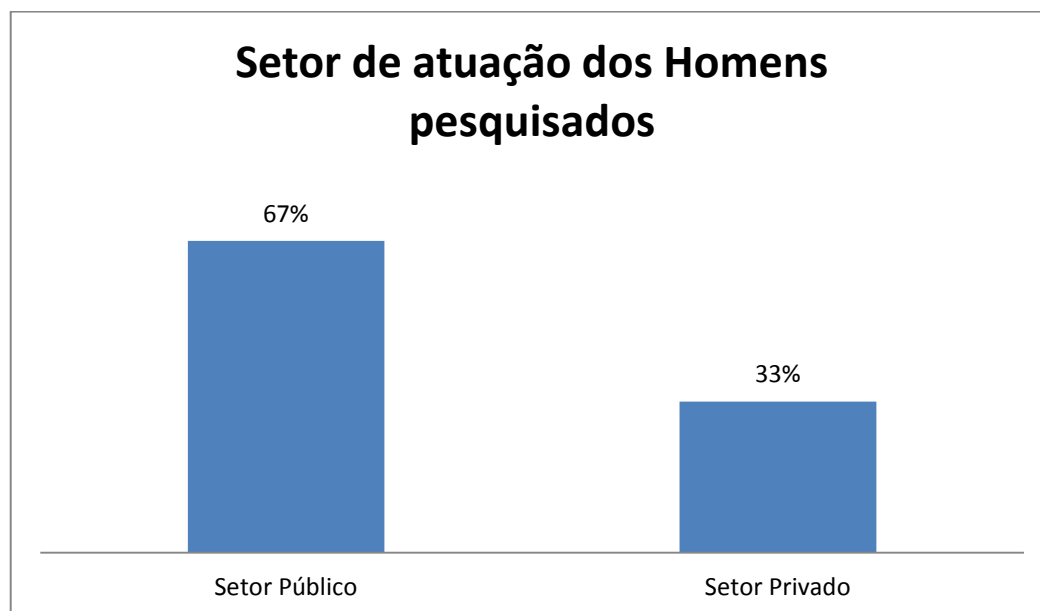


Gráfico 10 - Percentuais dos entrevistados, separados por gênero, que se declararam empregados no setor público, dentre aqueles que se declararam empregados na área de formação, estão empregados e exercem suas atividades no DF.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília 2012.

Aproximadamente 75% das mulheres egressas dos cursos de graduação da UnB, que estão empregadas na área em que se formara e que desenvolvem suas atividades econômicas no DF declararam que estão no serviço público, enquanto outras 25% declaram que estão na iniciativa privada.

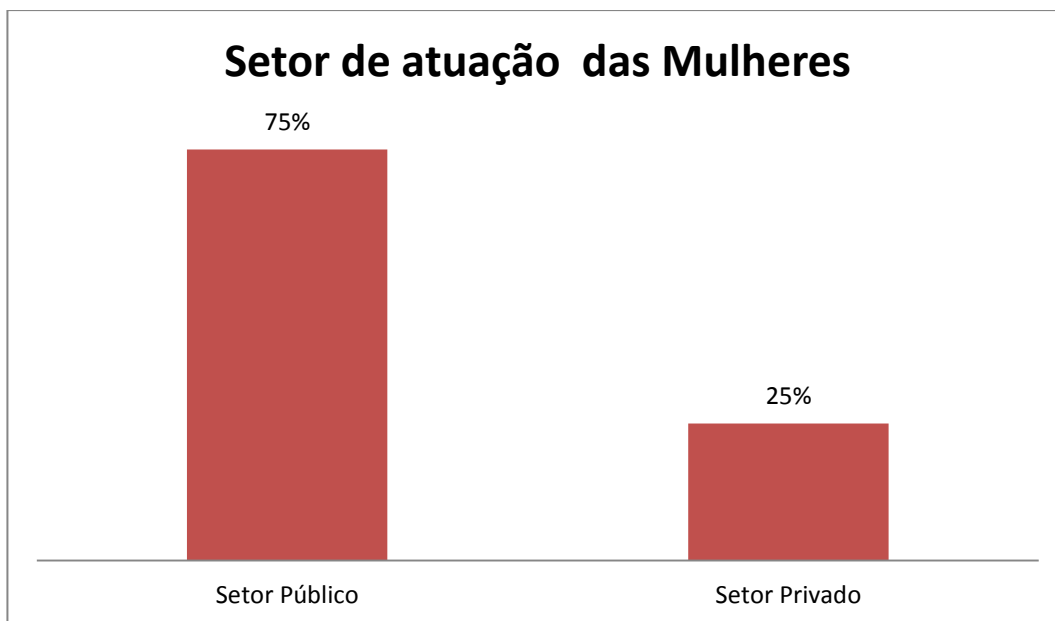


Gráfico 11 - Percentuais dos entrevistados que se declararam empregados no setor privado, dentre aqueles que se declararam empregados na área de formação, estão empregados e exercem suas atividades no DF.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília 2012.

Esta diferença de 8%, em relação à iniciativa privada, está acima da margem de erro e revela uma preferência clara, em que, necessariamente, as mulheres egressas na UnB, tendem a preferir o serviço público mais que os homens.

5.3.4 Renda

Para aferirmos a renda dos profissionais, egressos da UnB entre os anos de 2000 e 2010, foi questionado sobre quantos salários mínimos (R\$ 612,00) o egresso, que estava empregado na área de formação e atuava no Distrito Federal, recebia ao mês, na data da pesquisa. Segundo os dados obtidos a renda média masculina foi de R\$ 9.780,04 e a renda feminina foi de R\$ 7.513,11. Esta renda trata-se da média entre os setores público e privado que serão expostas com mais detalhes na sequência.

A discrepância entre a renda auferida pelos homens e a das mulheres é coerente com resultados obtidos em outros estudos. Por exemplo, em Urdinola e Wodon (2006), houve a análise de informações domiciliares provenientes de 18 países da América Latina, constatando que as mulheres, de uma forma geral, recebem salários inferiores aos dos homens na América Latina. A pesquisa faz uma comparação entre os salários de indivíduos com as mesmas características demográficas e de emprego. A análise das disparidades salariais se dá, segundo o estudo, por um lado, por meio da avaliação da diferença de salário entre essas pessoas, baseada em seu gênero ou etnia, e, por outro, da análise da possibilidade desses grupos preteridos terem acesso a combinações de características que lhes permitiriam ganhar um maior salário no mercado de trabalho⁸.

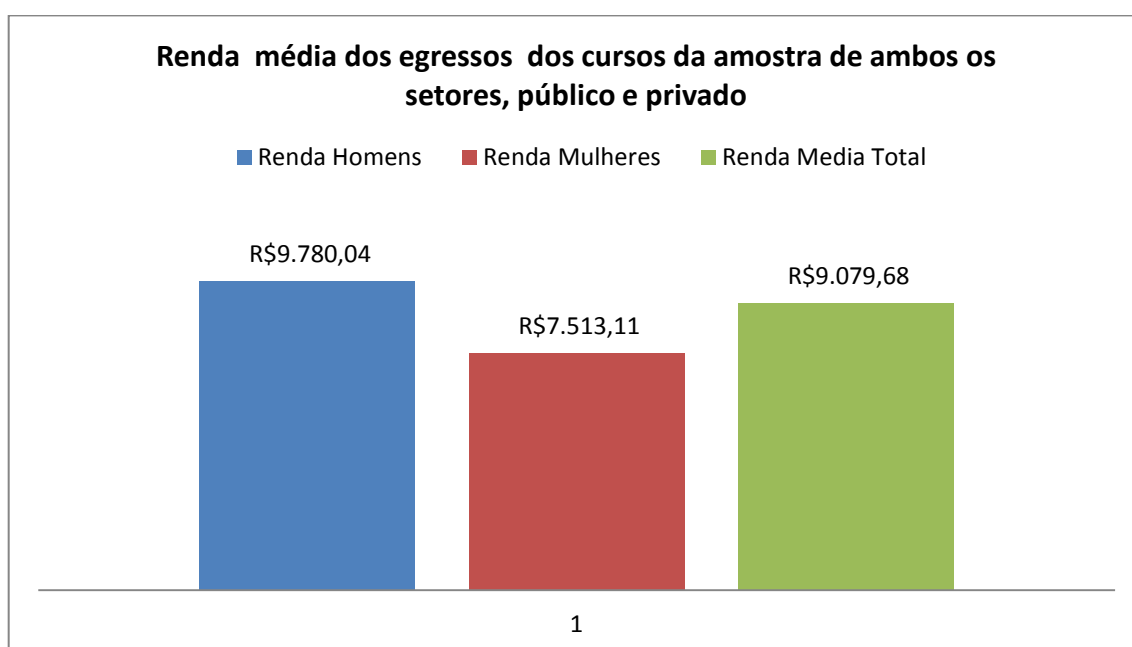


Gráfico 12 – Renda média por gênero de um egresso da UnB

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília 2012.

Outro dado relevante demonstrado na pesquisa foi que a renda dos egressos homens que trabalham no setor privado é 12% menor que no setor público, ou seja, corroborando com o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que relata que a renda média do setor público é em média geral, considerando a renda média geral dos servidores públicos de todos os níveis de escolaridade, 56% maior, sendo neste caso a

⁸ Para Urdinola e Wodon (2006), os custos gerados pela proteção à maternidade estabelecida pelas legislações trabalhistas dos países podem ser a principal causa desta disparidade, porém com as evidências empíricas propiciadas pela pesquisa não são totalmente conclusivas, assim como também não são escopo capital do trabalho.

diferença para os egressos masculinos é menor, porém ainda existente e fora da margem de erro.

Um egresso do sexo masculino das graduações da UnB, ao término de sua graduação, ao longo de sua carreira profissional, estando empregado e trabalhando na área e exercendo suas atividades no setor privado no âmbito do Distrito Federal, aferirá rendimentos aproximados de R\$ 8.999,73, enquanto um profissional com o mesmo perfil trabalhando no setor público aferirá rendimentos aproximados de R\$ 10.168,47.

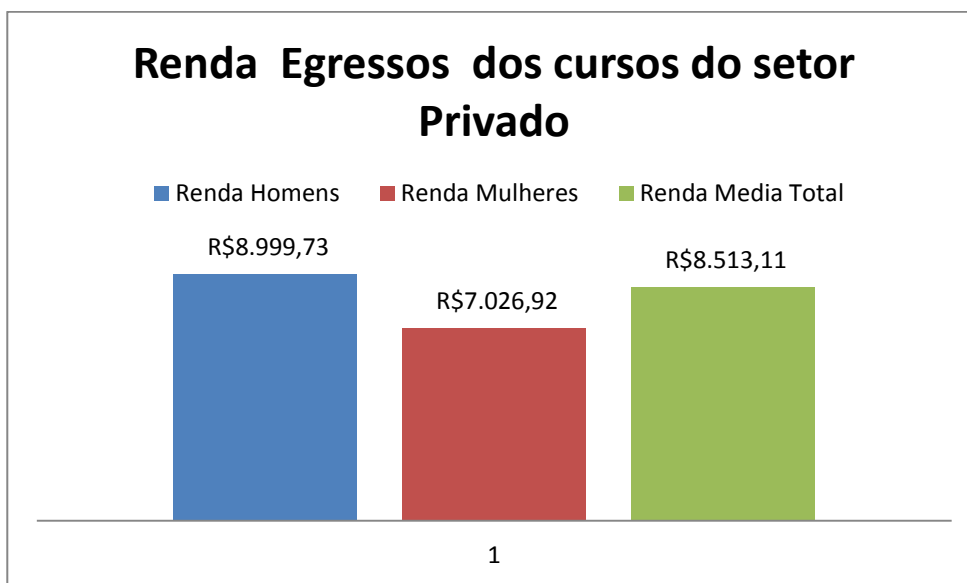


Gráfico 13 – Renda média por gênero de um egresso da UnB que trabalha na iniciativa privada.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília 2012.

Já diferença salarial dos setores públicos e privados, entre as mulheres, egressas das graduações da UnB, que estão empregadas na área em que se formaram e atuam no Distrito Federal é da ordem de 9% em favor daquelas que optaram por seguir carreira pública.

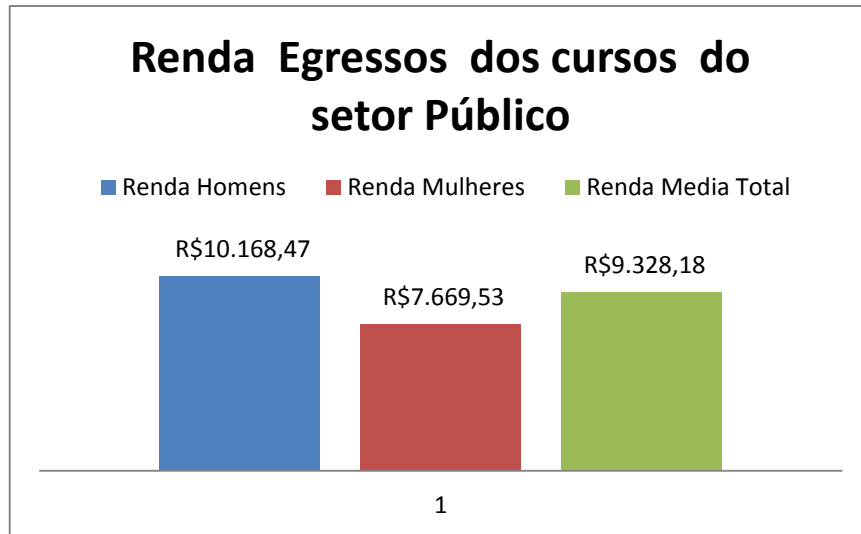


Gráfico 14 – Renda média por gênero do setor público.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília 2012.

Outro dado que corrobora com a tese Urdinola e Wodon (2006) é que também no setor público as mulheres recebem em média 32% a menos que os homens. Embora ocupem cargos de natureza semelhante, devido à isonomia imposta pela Constituição Federal de 1988, as mulheres ainda recebem menos. As possíveis causas provêm de que, dado à maternidade, as possíveis chances de obterem cargos de direção, chefia e assessoramento, diminuem de forma exponencial. Esta análise cabe outro estudo empírico entre os servidores públicos de forma geral a despeito da ocupação de cargos em confiança.

No Gráfico 15 podemos observar a variação da média de renda dos egressos entre os cursos selecionados para o estudo. Nota-se que os egressos de Medicina da UnB atuantes no setor privado, lideram em termos de remuneração recebida, cerca de R\$ 14.843,18, seguidos pelos egressos deste mesmo curso que atuam no setor público, com média de R\$ 11.115,74.

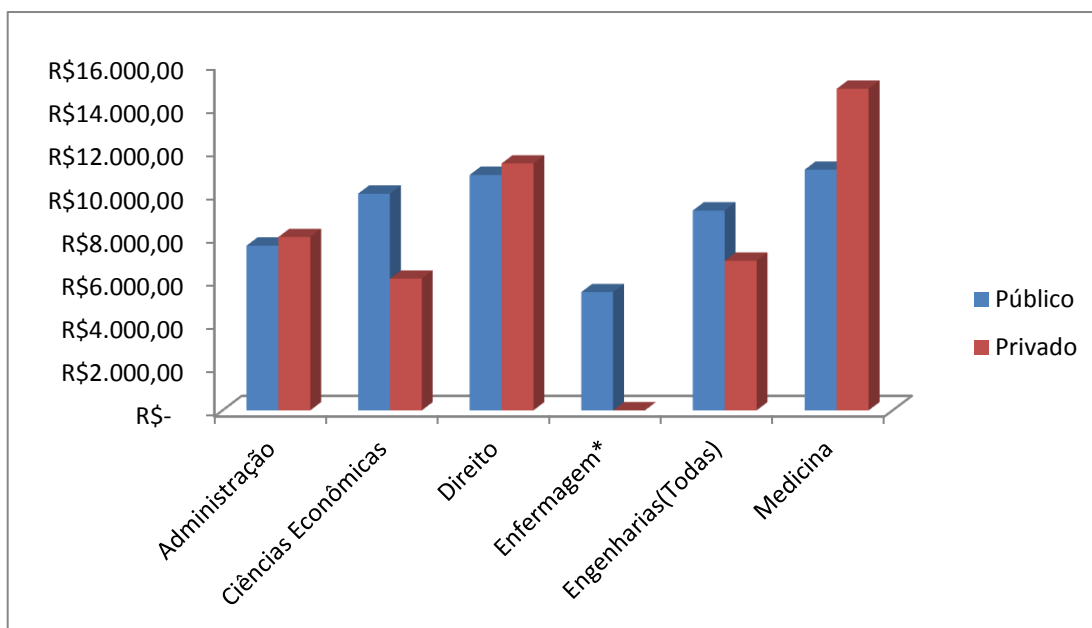


Gráfico 15 – Renda média por curso do setor público e do setor privado
Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília 2012.

No outro extremo do gráfico, a profissão que possui a menor remuneração dentre os cursos analisados neste estudo, encontra-se os egressos formados em Enfermagem que atuam no setor público, com renda média de R\$ 5.473,60. A amostra para este curso no setor privado, não foi significativa.

5.3.5 Registro em órgão de classe

Neste estudo, foram aferidos quantos dos profissionais egressos das graduações em cursos com profissões regulamentadas que exigem registro em órgãos reguladores de classe, efetivamente se inscrevem.

Cerca de 75% dos egressos declararam que se registraram em conselho após o término de suas graduações, já aproximadamente 25% do ex-alunos declararam que não se registraram em conselhos.

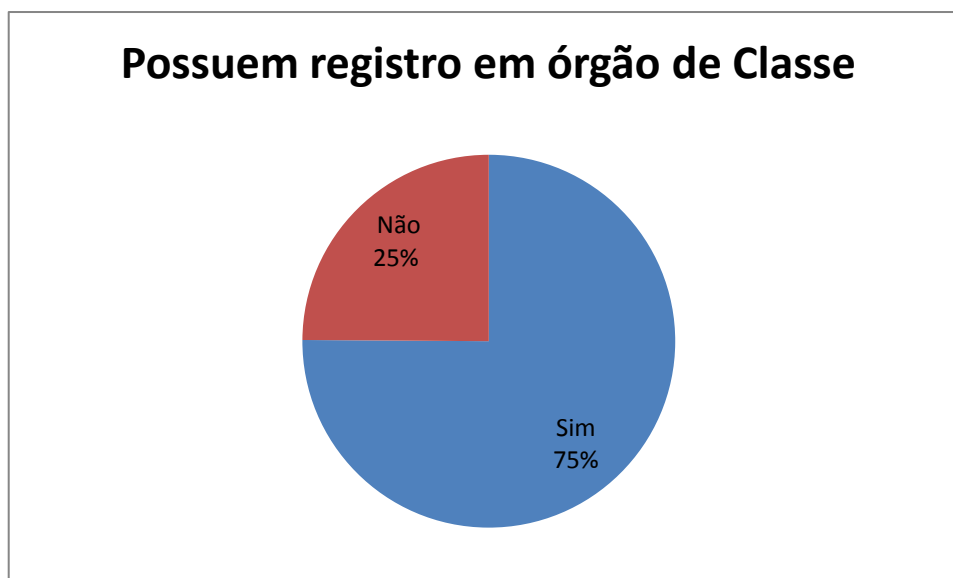


Gráfico 16: Percentual de egressos que se registram em conselhos de Classe

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília 2012.

Contudo, embora a análise acima tenha sido focada nos egressos dos cursos analisados, ao analisarmos especificamente os egressos dos cursos de Engenharia da UnB em função de propiciar o cruzamento com os dados obtidos junto ao CREA, notou-se uma grande inversão nesses números.

De posse dos dados da nossa pesquisa, para efeito comparativo, eles foram cruzados com informações enviadas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal, CREA⁹ conforme Tabela 1.

Tabela 1-Total de formandos nos cursos Engenharias da UnB

Total de formados por ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Engenharias	360	389	424	409	489	441	564	526	488	492	551
Masculino	297	329	343	337	406	380	462	426	399	388	442
Feminino	63	60	81	72	83	61	102	100	89	104	109
Registrados no Crea-DF	84	84	74	97	137	115	145	216	209	239	222

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília 2012.

⁹ O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal foi a única entidade de classe que enviou os dados solicitados, embora todas os órgãos reguladores de classe tenham sido notificados.

A pesquisa foi separada por gênero, pois há o interesse de comparar se a renda média das mulheres equivale a dos homens, ou vice versa. De 2000 a 2010 a UnB formou nestes cursos 5.133 engenheiros, porém neste mesmo período somente 31% (1.622) se registraram e se mantiveram ativos no CREA-DF, sendo a imensa maioria do sexo masculino, cerca de 82% (4209 alunos) e somente 18% (924 alunos) eram do sexo feminino. É possível observar que dentre os profissionais egressos das Engenharias, muitos exercem sua profissão em outros estados, logo, o percentual de registrados no CREA deve ser maior em valores absolutos.

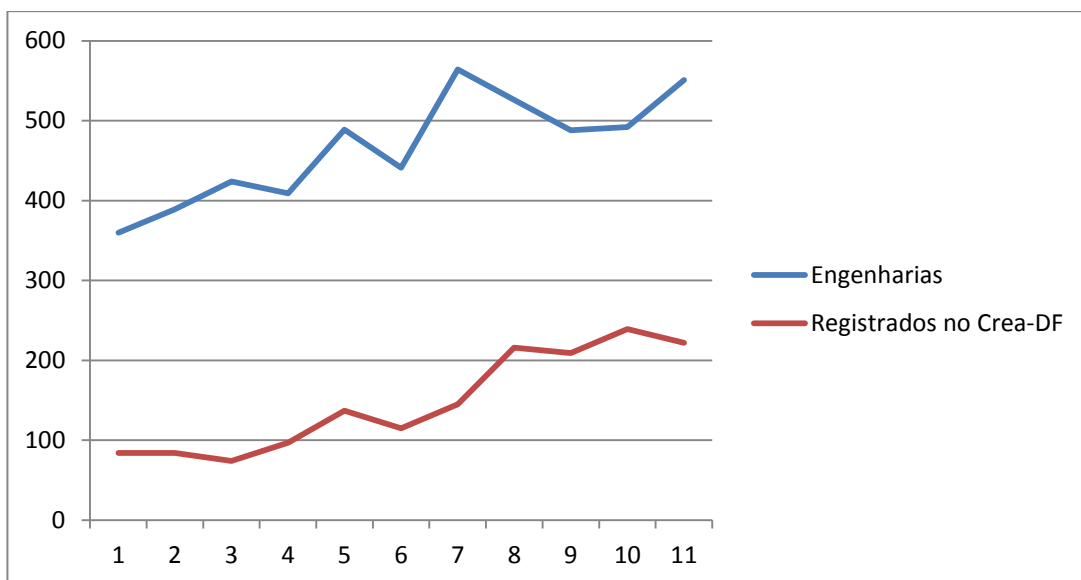


Gráfico 17 - Egressos *versus* profissionais registrados no CREA-DF formados pela UnB nos cursos de Engenharias.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília 2012.

Outro dado relevante é obtido através da análise do Gráfico 17. Ela indica uma curva ascendente no número de egressos dos cursos de engenharia da UnB, que passaram de 360 formandos em 2.000 para 551 no ano de 2010, ou seja, um aumento de 65,33% no total. Este aumento indica que a Universidade de Brasília vem se reestruturando para poder atender o crescimento vegetativo da população do Distrito Federal que segundo o IBGE foi em média de 2,03% ao ano e ainda suprir a demanda reprimida de profissionais desta categoria.

6 A UnB E SEU IMPACTO ECONÔMICO

A análise do impacto econômico das universidades em uma região considera o âmbito mais restrito do impacto sobre os fluxos de renda locais. Dito de outra forma são os trabalhos que consideram o impacto sobre a demanda agregada regional.

Esses trabalhos levam em conta os gastos realizados pelas universidades com o pagamento de professores e funcionários, as compras de material e toda a sorte de pagamentos realizados por elas sobre a economia da região em que estão instaladas.

Para melhor visualização desses impactos é possível subdividi-los da seguinte forma: impactos sobre as famílias (acréscimos de rendas em decorrência de pagamentos diversos e dos efeitos multiplicadores decorrentes); impacto sobre os governos locais (aumento da arrecadação, mas também maior demanda sobre bens públicos de infraestrutura); impacto sobre as empresas locais (aumento da demanda, mas também concorrência no mercado de compra de fatores de produção).

De posse dessas informações e com o uso de metodologias apropriadas é possível calcular o efeito multiplicador dos gastos de uma universidade sobre a economia regional. As metodologias para a execução desse cálculo podem ser simples ou mais sofisticadas, evidentemente o grau de resposta cresce com a sofisticação metodológica. As mais simples consistem, na sua essência, no cálculo de multiplicadores de renda no estilo Keynesiano. As mais sofisticadas utilizam matrizes de insumo-produto e até mesmo Modelos Computáveis de Equilíbrio Geral.

Embora os procedimentos de cálculo sejam relativamente simples a grande dificuldade para a realização desses estudos é a disponibilidade de dados a nível regional para a avaliação dos impactos. Assim sendo, a maioria desses estudos tem que usar metodologias adaptadas às bases de dados disponíveis.

Para aferirmos o impacto econômico que os egressos de graduação da Universidade de Brasília causam na economia do Distrito Federal, foram cruzados os dados da Renda percebida média por estes profissionais, atuantes no DF, que estão empregados na área de formação, com o PIB local. Segundo os dados fornecidos pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), o PIB do DF em 2011 é da ordem de R\$ 161,472 bilhões.

Durante o período analisado (2000 a 2010) a UnB formou aproximadamente 20.591 alunos de graduação. Considerando que 79% dos egressos da instituição trabalham na

área de formação, estão empregados, exercem sua profissão prioritariamente no Distrito Federal, obtemos o número de 16.267 egressos. Considerando também que, segundo esta pesquisa, a remuneração média do egresso de ambos o sexo é de R\$ 9.079,68 ao mês, perfazendo um total de R\$ 147.699 mil ao ano por egresso. Ao multiplicarmos a renda anualizada pela quantidade de egressos 16.267, obtemos R\$ 1.772 bilhão o que corresponde a aproximadamente 1,10% do PIB do DF em 2011 em valores correntes.

Há de se salientar, que isto representa apenas os egressos de graduação que atuam no DF e estão empregados na área de formação. Contudo, a UnB forma anualmente uma expressiva quantidade de mestres e doutores, além dos alunos de graduação à distância, extensão universitária e especialização que não foram computados nesta pesquisa.

6.1 O EMPREGO NO DF

Com vistas a construir um paralelo entre a empregabilidade do egresso da UnB e o mercado de trabalho como um todo do DF, é interessante debatermos a evolução do emprego no DF.

Com o início da construção da nova Capital, bem como posteriormente com a construção da UnB, ocorreu um intenso fluxo migratório no Distrito Federal, impulsionado pelo surgimento de novas oportunidades de emprego.

Em meados de 1956 ocorreu a afluência das primeiras correntes migratórias de trabalhadores destinadas à construção civil. De acordo com Madeira Nogueira (2010) entre os anos de 1957 e 1960, registraram-se taxas médias anuais de crescimento em torno de 120%. Essas taxas de crescimento passaram a declinar significativamente nas décadas posteriores.

Ainda segundo Madeira Nogueira (2010), nos primeiros anos da década de 60, a transferência dos funcionários públicos do Rio de Janeiro para Brasília também contribuiu para a manutenção das altas taxas de crescimento no Distrito Federal, contudo a partir da década de 70, em função do término das grandes obras públicas na Capital, a oferta de empregos na construção civil perde força e o setor público passa a assumir a liderança na geração de postos de trabalho e em paralelo os setores de serviço e comércio receberam incentivos para a criação de postos de trabalho, tendência essa que continuou assim até ao final da década de 90, onde o fluxo populacional e migratório se estabilizou.

As atividades econômicas do Distrito Federal podem ser de modo geral, caracterizadas como concentradas no setor de serviços públicos, haja vista que Brasília desempenha principalmente as funções político-administrativas federais, com uma pequena participação das atividades industriais e uma ainda menor, contribuição das atividades agropecuárias.

No ano de 2005 a atividade econômica predominante era a prestação de serviços (55,8%). Este patamar baixou para 49,7% em 2008. Já as administrações federal e local respondiam por 19,3% dos ocupados em 2005. Em 2008 este percentual foi reduzido para 15,8%. O comércio sofreu uma redução percentual (de 16,9% para 16,1%) entre os dois anos analisados.

No entanto, ao contrário dos outros casos já mencionados, o total de ocupados no setor industrial aumentou. A indústria de transformação apresentou um pequeno aumento percentual, passando de 3,5% para 3,9% no período. Neste caso, o número de ocupados também aumentou significativamente.

Uma constatação do estudo de Madeira Nogueira (2010), revelou que a partir de 2005 o emprego privado no DF, suplantou em linhas gerais o emprego público no que tange aos quantitativos brutos.

Outra constatação importante deste estudo foi que emprego no setor agropecuário, mesmo com todo o fomento de políticas públicas, federais e distritais, corresponde a apenas 0,9% do total de empregos no DF, perfazendo um PIB local agregado de 0,7%, ou seja, o impacto da UnB no PIB do DF, com apenas a formação de seus egressos de graduação presencial, possui um impacto quase 100% maior (1,1%) que todo um setor econômico, em termos de renda bruta, propiciados pela geração de emprego e renda.

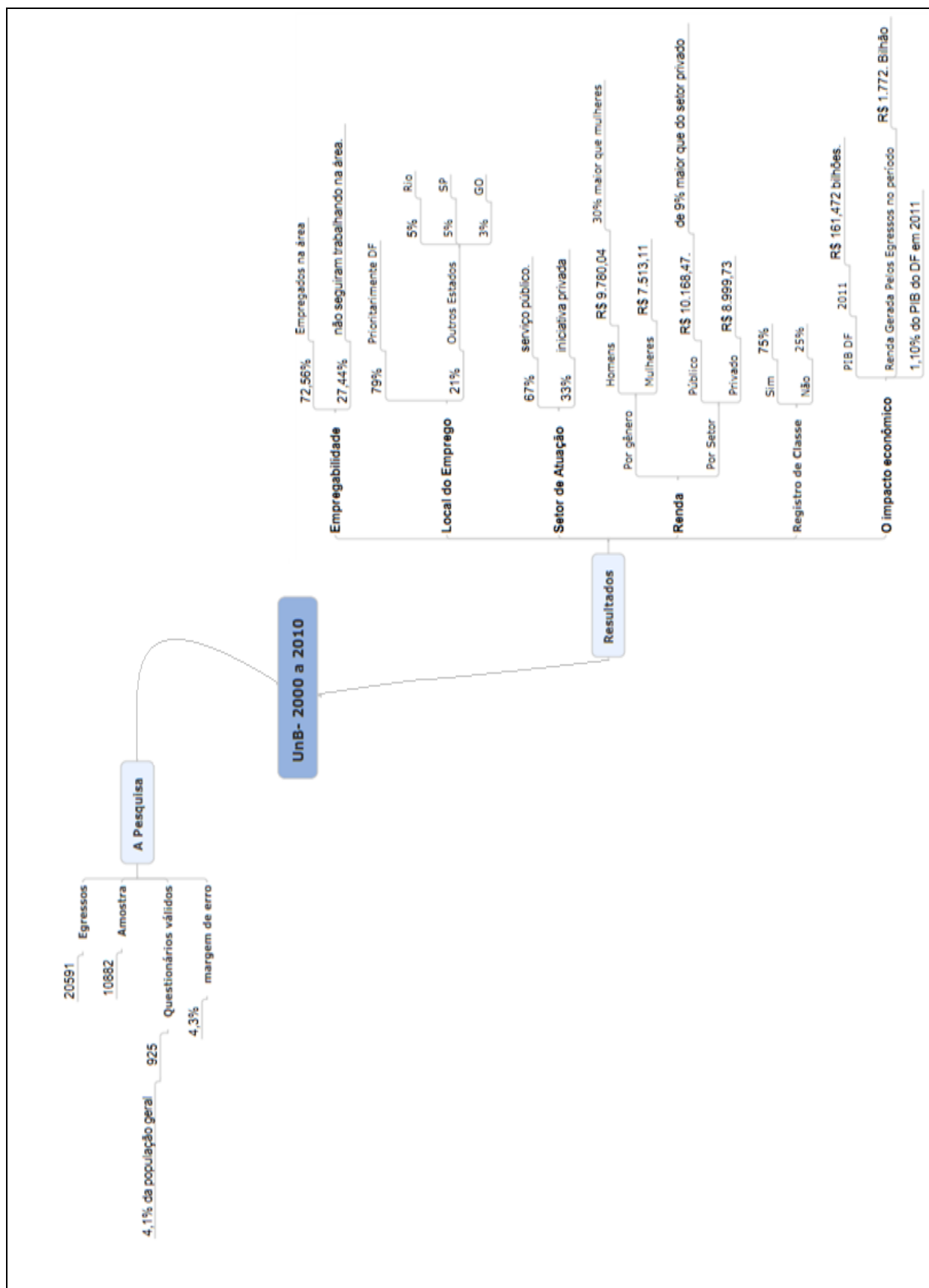


Figura 4 – Quadro esquemático síntese conclusivo
Fonte: Elaboração própria.

7 CONCLUSÃO

O objetivo geral deste estudo foi investigar o quão as demandas sociais, relacionadas ao ensino superior e sua correlação com a empregabilidade e renda estavam sendo correspondidas pela Universidade de Brasília (UnB). Questionamentos como, por exemplo: se os profissionais egressos da UnB estavam se inserindo no mercado de trabalho do Distrito Federal, bem como seus respectivos setores de atuação dos egressos, setor público ou privado foram quantificados. Os impactos econômicos regionais que a universidade provoca no Distrito Federal em termos de renda e emprego, foram mensurados.

A sociedade brasileira e brasiliense, como financiadora da formação destes jovens, pode cobrar a efetividade do investimento feito em suas formações, de forma a se averiguar se este investimento está sendo efetivamente retornado à sociedade em forma da boa gestão Estatal.

Corroborando com as conclusões do BID, no estudo que se refere à renda entre os sexos, foi também constatado que as mulheres recebem em média 30% a menos que os homens formados na UnB. Este dado, por si só, pode balizar maiores estudos que fomentem políticas sociais equitativas, com vistas à minoração das desigualdades de gênero.

No que tange ao local de trabalho, um grande percentual de egressos, fixa sua residência no DF. Os motivos pelos quais este comportamento ocorre, provavelmente se dá em função da grande oferta de cargos públicos da Capital Federal. O pequeno êxodo que ocorre muito se deve provavelmente ao fato de não haver vagas em cargos públicos em quantidade suficiente para absorção desta mão de obra, e conseqüentemente muitos destes egressos retornam aos seus estados de origem.

A empregabilidade propiciada por um diploma de uma graduação da UnB beira os 73%. Considerando que muitos egressos não pretendem trabalhar na área em que se formaram, este percentual trata-se de um número considerável, o que reforça o entendimento de que a Universidade Pública Brasileira vem desenvolvendo um bom trabalho.

Portanto, com a análise do quadro sintético supracitado, é plausível a tese de que a instituição UnB representa uma grande conquista para a sociedade Brasiliense. Só a participação da renda gerada pelos egressos de graduação equivale a 1,1% de todo o Produto Interno Bruto do Ente Federativo. Muito provavelmente o PIB do DF, somado de todas as demais atividades que não foram incluídas nesta pesquisa, como pesquisa, pós-graduação, geração de patentes, renda dos servidores etc., coadunará com as afirmações de Felsenstein

(1996) que relata que em média as instituições de ensino alcancem cerca de 2 a 4% do PIB regional.

É admissível também que a UnB, por sua peculiaridade de proximidade ao Poder Central Brasileiro, possa inclusive extrapolar estes 4%, mostrando assim uma eficiência e eficácia na formação de recursos humanos para a economia do DF. Contudo, análises mais profundas devem ser trabalhadas em outros estudos.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATAL, Juan Pablo, Hugo Ñopo y Natalia Winder (2009). **New Century, Old Disparities. Gender and Ethnic Wage Gaps in Latin America**, Washington, D.C., Banco Interamericano de Desarrollo (BID). Disponível em <http://www.iadb.org/res/publications/pubfiles/pubIDB-WP-109.pdf>. Acessado em 06/10/2012

BECKER, Gary. **Human Capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. Nova Iorque: NBER/Columbia University Press, 1964.

BENRNANKE, B.S. GURKAYNAK, R.S. **Is Growth Exogenous? Taking Mankiw, Romer and Weil Seriously**. Princeton University. MIT Press. 2002.

BLAUG, M. **The empirical status of human capital theory: a slightly jaundiced survey**. Journal of Economic Literature, Nashville, v. 14, n. 3, p. 827-855, sep. 1976.

BOMENY, Helena. **O Brasil de JK** A Universidade de Brasília. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/UNB>. Acessado em 06/10/2012

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto Nº 500, de 15 de janeiro de 1962**. Institui a Fundação Universidade de Brasília. Disponível em <http://www.unb.br/administracao/fub/decreto.php>. Acessado em 02/05/2013.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acessado em 27/10/2012.

_____. **Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/fub/lei.php>. Acessado em 02/05/2013.

_____. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Institui a política de cotas nas IFES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm Acessado em 05/02/2013.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental** 186. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF186RL.pdf>. Acessado em: 06/10/ 2012.

CARPENA, Luciane; OLIVEIRA, João B. de. **Estimativa do estoque de capital humano para o Brasil: 1981 a 1999**. Rio de Janeiro: IPEA, maio de 2002. Texto para discussão n.877. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>

CGEE - Centro De Gestão e Estudos Estratégicos. **Mestres 2012: Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira**. Brasília, 2012.

CESPE - Centro de Seleção e Promoção de Eventos da Universidade de Brasília. **Vestibular UnB, 1º. Semestre de 2012**. Brasília, 2012.

IBGE. **Censo Demográfico 2010 - Resultados do universo**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 06 out. 2012.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

FELSENSTEIN, Daniel: **The University in the Metropolitan Arena: Impacts and Public Policy Implications**. *Urban Studies*, Vol. 33, No. 9, 1996.

FUB – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Relatório de avaliação institucional**. Brasília, 2011.

FUB – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Projeto de Avaliação Institucional & Gestão de Meios – Gestão de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças, Universidade de Brasília, Volume I: Relatório de Avaliação da Gestão de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças**, elaborado por um grupo de pesquisa, por solicitação da Comissão de Reestruturação e Modernização da UnB, 2010.

GILES, T R. **História da Educação**. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária Ltda., 1987.

KLIKSBERG, Bernardo. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n.69, p. 85-102, diciembre 1999.

KRUEGER, A. B. & Lindahl, M. **Education for growth: Why and for whom?** *Journal of Economic Literature*, 39(4):1101–1136, 2001.

KIRÁLY, Ágnes. **The Role Of Higher Education In Regional Development**. The Case Study of Theuniversity of Pécs. University of Pécs Faculty of Business and Economics. Disponível em <http://www.regional-studies-assoc.ac.uk/events/2009/apr-leuven/papers/Kiraly.pdf>. Acessado 06/10/2012.

LANGE, F. TOPEL, R. **The social value of education and human capital**. In Hanushek, E. & Welch, F., editors, *Handbook of the Economics of Education*, North-Holland, 2006.

LEWIS, Charlton T.; SHORT, Charles; FREUND, William. **Latin Dictionary: Founded on Andrews' edition of Freund's Latin Dictionary**. Oxford: Clarendon Press, 1879. Disponível no endereço: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/morph?l=%C5%ABniversit%C4%81s&la=la&can=%C5%ABniversit%C4%81s0#Perseus:text:1999.04.0060:entry=universitas-contents>. Acessado em 21/04/2013.

LUCAS, R. . **On the mechanisms of economic development**. *Journal of Monetary Economics*, 22: 3-42, 1988.

MADEIRA NOGUEIRA, Jorge. **Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF)**. 2010

MANKIWI, G.; ROMER, P.; WEIL, D. **A contribution to the empirics of economic growth**. *Quartely Journal of Economics*, 107(2): 407-437, 1992.

MARSHALL, A. *Some aspects of competition*. In: PIGOU, A. C. (Ed.). **Memorials of Alfred Marshall**. New York: Augustus M. Kelley, 1890.

MINCER, J. **Schooling, experience, and earnings**. New York: Columbia University Press, 1974.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963. Livro II.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NELSON, R.; PHELPS, E. **Investment in humans, technological diffusion and economic growth**. *American Economic Review, Paper and Proceedings*, v. 56, n. 2, p. 69-75, 1966.

NETO, Giacommo Balbinotto. **Economia do Trabalho: a teoria do capital humano; notas de aula**. 2006. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/giacomo/arquivos/eco02037/teoria-capital-humano.pdf>. Acessado em 15/01/2013

PIRES, Valdemir. **Economia da Educação: para além do capital humano**. São Paulo: Cortez Editora, 2005, 142p.

RIBEIRO, Darcy. **UnB – Invenção e Descaminho**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

ROLIM, C. F. C. ; SERRA, Mauricio Aguiar . **Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: O Caso da Região Norte do Paraná**. *Revista de Economia (Curitiba)*, v. 35, p. 87-102, 2009.

SALMERON, Roberto A. **A Universidade Interrompida: Brasília 1964 - 1965**. Brasília: Editora: UNB, 2007

SILVA, Luiz Henrique Orozco. **Principios Rectores para una política de Estado en matéria de Educacion Superior**. *Revista Atitude*. Porto Alegre, vol. 1, número 1, 77p, 2006.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano: investimento em educação e pesquisa**. Tradução de Marcos Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SCHULTZ, T. **Investment in human capital**. *American Economic Review*, v. 51, Mar.1961.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SMITH, A. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. London: Edinburgh, 1776.

SULIVAN, Teresa. A. MACKIE, Christopher. MASSY, Willian F. SINHA, Esha. **Improving Measurement of productivity in Higher Education: Panel on Measuring Higher**

Education Productivity: Conceptual Framework and Data Needs. The National Academies Press. Washington, D,C: 2012.

TELES, Vladmir Kühl. **Capital Humano e Crescimento Econômico: Uma abordagem Teórica e Empírica**. Tese (Doutorado em Economia) – Departamento de Economia. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.


TOPEL, R. **Labor markets and economic growth**. In Ashenfelter, O. & Card, D., editors, Handbook of Labor Economics, Páginas 2943–2984. North-Holland, 1999.

URDINOLA , Diego Angel. WODON, Quintín. **The Gender Wage Gap and Poverty in Colombia**. Archivos de Economía, Departamento Nacional de Planeación, Documento 239. Disponível em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=581581. Acessado em 06/10/2012.

WANDERLEY, L. E. W. **O Que é Universidade?** São Paulo: Brasiliense, 2003.

9 APÊNDICE

9.1 FORMULÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS DA UnB: Parte 1.



Pesquisa de Egressos UnB

Prezado egresso de graduação da Universidade de Brasília.

Para subsidiar possíveis políticas educacionais de melhoria da grade curricular da universidade e ajudar na publicação de artigos sobre o tema: "Os impactos econômicos que os profissionais formados na UnB provocam na Economia do Distrito Federal, na perspectiva de renda, emprego e produção", o Departamento de Economia da UnB solicita a sua ajuda respondendo a pesquisa abaixo:

São 11 questões que são respondidas em 2 minutos.

Nenhum egresso será identificado.

***Obrigatório**

Em qual curso se formou na UnB? *

- Administração
- Direito
- Ciências Econômicas
- Enfermagem
- Engenharias (todas)
- Medicina
- Outro

Rc
Se

Em qual ano começou seu curso? *

- 1996
- 1997
- 1998
- 1999
- 2000
- 2001
- 2002
- 2003
- 2004
- 2005
- 2006
- 2007
- 2008
- 2009
- 2010
- antes de 1996


Em qual ano terminou seu curso? *

- 1998
- 1999
- 2000
- 2001
- 2002
- 2003
- 2004
- 2005
- 2006
- 2007
- 2008
- 2009
- 2010
- 2011
- 2012

Qual o seu sexo? *

- Masculino
- Feminino

9.2 FORMULÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS DA UnB: Parte 2.



Pesquisa de Egressos UnB
*Obrigatório

Área profissional

Você trabalha na área em que se formou? *

- Sim
- Não

Você possui registro de classe? CRM, OAB etc. *

- Sim
- Não


Em qual ano você se registrou no conselho de classe? *

- 1998
- 1999
- 2000
- 2001
- 2002
- 2003
- 2004
- 2005
- 2006
- 2007
- 2008
- 2009
- 2010
- 2011
- 2012
- Não registrei
- Não trabalho na área
- Não registrei
- Não trabalho na área

Em qual UF do Brasil, ou país, ou área econômica que você exerce sua profissão? *

- DF
- GO
- TO
- MG
- RS
- PR
- SP
- RJ
- MT
- MS
- SC
- MS
- ES
- Estados da região nordeste
- Estados da região norte
- Países do mercosul (exceto Brasil)
- Outros Países da América Latina (exceto México, Mercosul e Brasil)
- Países da América Central
- Países da América do Norte (exceto Estados Unidos)
- Estados Unidos
- Países da Zona do Euro
- Países da Europa (Exceto países da Zona do Euro)
- Países da Ásia (exceto China)
- China
- Países da Oceania
- Países da África

9.3 FORMULÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS DA UnB: Parte 3.



Pesquisa de Egressos UnB
*Obrigatório

Em qual setor exerce sua profissão? *

- Público
- Profissional Liberal
- Privado
- Não governamental
- Outro:

Se você é dono do seu próprio negócio, qual o setor de atividade dele? *

- Comércio
- Serviços
- Indústria
- Não sou proprietário
- Outro:

Qual sua renda média mensal atualmente? *

Só considerar a renda gerada pelo seu esforço, não deve ser computado a renda dos demais membros da família. Escolha o valor que mais se aproxime.

- até 1 salário mínimo - até R\$ 622,00
- 2 salários-mínimos - até R\$ 1244,00
- 3 salários-mínimos - até R\$ 1866,00
- 4 salários-mínimos - até R\$ 2488,00
- 5 salários-mínimos - até R\$ 3110,00
- 6 salários-mínimos - até R\$ 3732,00
- 7 salários-mínimos - até R\$ 4354,00
- 8 salários-mínimos - até R\$ 4976,00
- 9 salários-mínimos - até R\$ 5598,00
- 10 salários-mínimos - até R\$ 6220,00
- 11 salários-mínimos - até R\$ 6842,00
- 12 salários-mínimos - até R\$ 7464,00
- 13 salários-mínimos - até R\$ 8086,00
- 14 salários-mínimos - até R\$ 8708,00
- 15 salários-mínimos - até R\$ 9330,00
- 16 salários-mínimos - até R\$ 9952,00
- 17 salários-mínimos - até R\$ 10574,00
- 18 salários-mínimos - até R\$ 11196,00
- 19 salários-mínimos - até R\$ 11818,00
- 20 salários-mínimos - até R\$ 12440,00
- mais que 20 salários-mínimos
- mais que 30 salários-mínimos
- mais que 50 salários-mínimos

Se deseja receber os resultados desta pesquisa, favor colocar o email no campo abaixo.

9.4 FORMULÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS DA UnB: Parte 4.



Pesquisa de Egressos UnB

Favor clicar em enviar para concluir a pesquisa.

Desde já, gostaríamos de agradecer pelo tempo despendido e desejar sucesso em sua caminhada profissional.

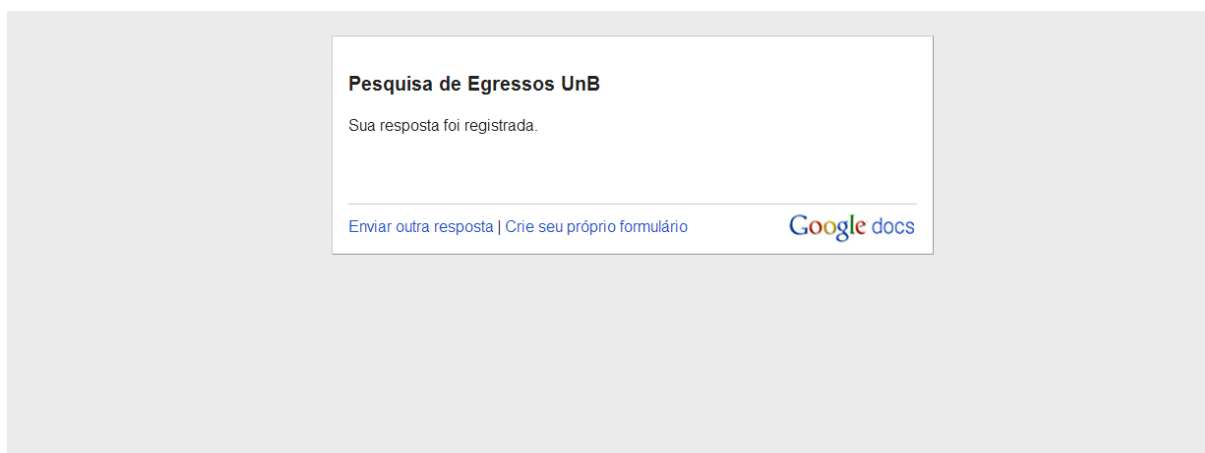
Logo, o resultado da pesquisa se tornará público e disponível para a comunidade.

Nunca envie senhas em formulários do Google.

Tecnologia [Google Docs](#)

[Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Termos Adicionais](#)

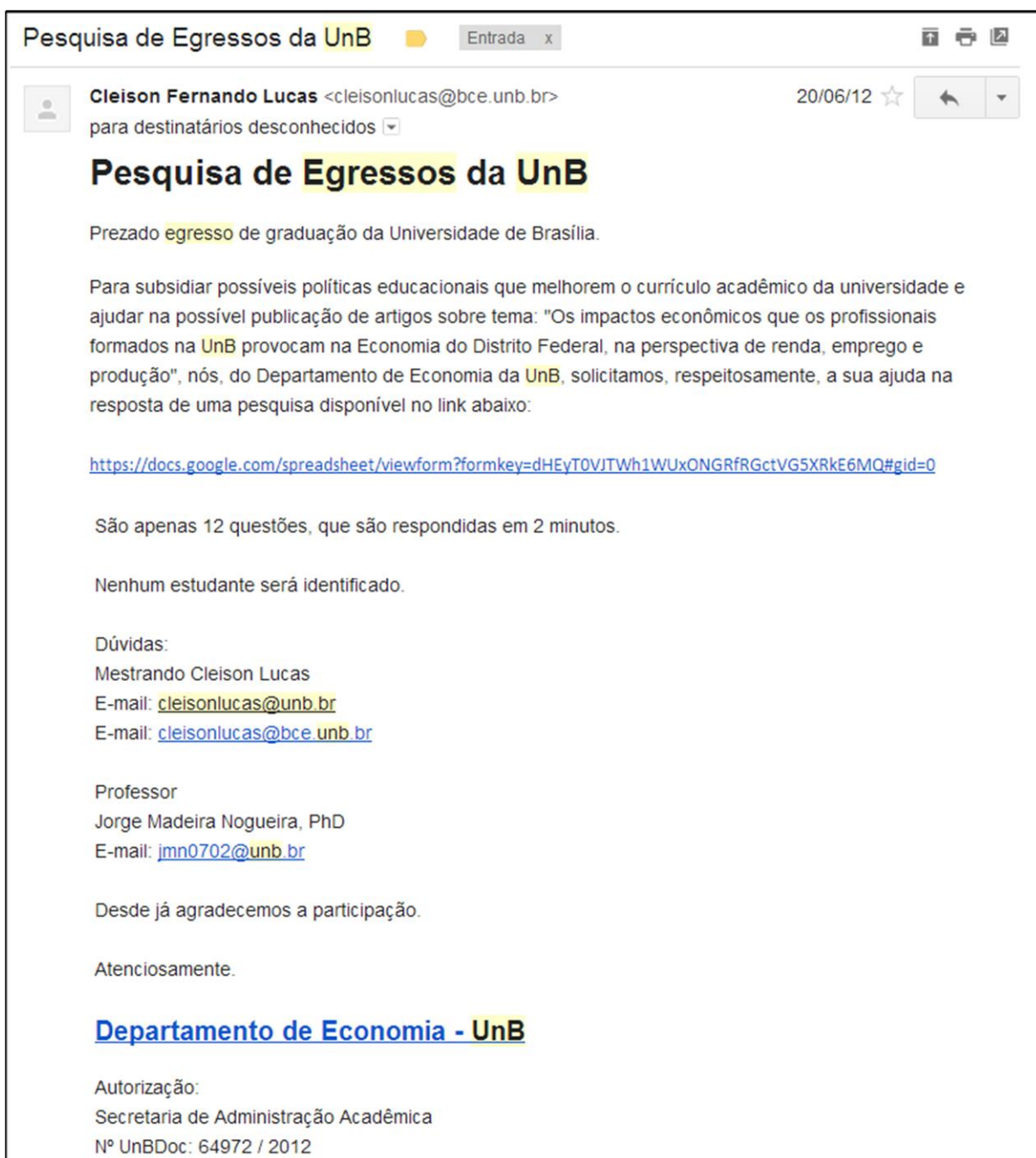
9.5 FORMULÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS DA UnB: Parte 5.



Disponível na internet no sítio:

<https://docs.google.com/spreadsheet/viewform?formkey=dHEyT0VJTWh1WUxONGRfRGctVG5XRkE6MQ&theme=0AX42CRMsmRFbUy01MGMxMmMzMS1hZDI5LTQwNDYtOGRkMS1mN2E5Y2ZjYmUzMzk&ifq>

9.6 EMAIL ENVIADO AOS EGRESSOS DA UnB.



The image shows a screenshot of an email interface. At the top, the subject is "Pesquisa de Egressos da UnB" and the sender is "Cleison Fernando Lucas <cleisonlucas@bce.unb.br>". The date is "20/06/12". The email body contains a greeting to graduates, a request for help with a survey, a link to the survey, and contact information for the sender and a professor.

Pesquisa de Egressos da UnB

Prezado egresso de graduação da Universidade de Brasília.

Para subsidiar possíveis políticas educacionais que melhorem o currículo acadêmico da universidade e ajudar na possível publicação de artigos sobre tema: "Os impactos econômicos que os profissionais formados na UnB provocam na Economia do Distrito Federal, na perspectiva de renda, emprego e produção", nós, do Departamento de Economia da UnB, solicitamos, respeitosamente, a sua ajuda na resposta de uma pesquisa disponível no link abaixo:

<https://docs.google.com/spreadsheet/viewform?formkey=dHEyTOVJTWh1WUxONGRfRGctVG5XRkE6MQ#gid=0>

São apenas 12 questões, que são respondidas em 2 minutos.

Nenhum estudante será identificado.

Dúvidas:
Mestrando Cleison Lucas
E-mail: cleisonlucas@unb.br
E-mail: cleisonlucas@bce.unb.br

Professor
Jorge Madeira Nogueira, PhD
E-mail: jmn0702@unb.br

Desde já agradecemos a participação.

Atenciosamente.

Departamento de Economia - UnB

Autorização:
Secretaria de Administração Acadêmica
Nº UnBDoc: 64972 / 2012

E-mail enviado aos egressos, solicitando que respondessem à pesquisa.

Para enviar e-mail aos egressos, fora solicitado ao DEG autorização registrada no Sistema UnBDoc por meio do protocolo 64972/2012.

Tabela 2 - Total de formados por ano por cursos somados e separados por gênero.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Administração	218	252	239	233	202	274	291	503	348	293	673	3526
Ciências Econômicas	110	104	84	89	97	77	88	110	127	133	125	1144
Direito	137	123	134	146	134	180	153	124	131	152	126	1540
Enfermagem	0	0	0	0	0	0	0	0	16	59	159	234
Engenharias (todas)	218	252	239	233	202	274	291	503	348	293	673	3526
Medicina	92	74	74	76	82	96	83	96	81	78	80	912
Total geral de formandos dos cursos analisados	775	805	770	777	717	901	906	1336	1051	1008	1836	10882
Masculino	527	547	509	502	466	605	571	880	646	574	1036	
Feminino	248	258	261	275	251	296	335	456	405	434	800	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília, 2012.

Tabela 3 - Em qual curso se formou na UnB?

Em qual curso se formou na UnB?	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Administração	0	2	3	4	2	9	19	11	29	20	28	127
Ciências Econômicas	0	1	0	1	1	7	10	14	13	16	10	73
Direito	2	1	1	2	6	10	13	8	17	16	18	94
Enfermagem	0	0	0	0	0	0	0	3	8	5	1	17
Engenharias (todas)	1	8	10	17	19	39	85	70	82	82	70	483
Medicina	4	3	1	5	2	6	8	9	11	6	12	67
Outro	1	0	2	3	3	2	12	9	8	13	11	64
Total	8	15	17	32	33	73	147	124	168	158	150	925

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília, 2012.

Tabela 4 - Você trabalha na área em que se formou e esta empregado?

	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Sim	5	2	9	1	9	3	16	5	14	7	38	14	66	28	64	29	88	35	69	33	64	25	442	182
Não	0	0	4	1	2	2	5	3	6	3	18	1	34	7	17	5	21	14	30	13	36	14	173	63
Total anual Sim	7	10	10	12	12	21	21	21	21	21	52	94	94	94	93	93	123	123	102	102	89	89	624	624
Total anual Não	0	5	5	4	4	8	8	8	9	9	19	41	41	41	22	22	35	35	43	43	50	50	236	236
	7	15	15	16	16	29	29	30	30	30	71	135	135	135	115	115	158	158	145	145	139	139	860	860

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília, 2012.

Tabela 5 - Em qual UF do Brasil, ou país, ou área econômica que você exerce sua profissão?

Dos que trabalham na área e estão empregados Em qual UF do Brasil, ou país, ou área econômica que você exerce sua profissão?	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
	DF	5	2	8	1	7	2	12	4	11	6	27	13	49	23	47	16	70	32	53	30	51	24	340
SP	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3	1	4	1	5	4	6	0	1	1	4	0	24	7
RJ	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	2	0	2	1	5	3	6	1	2	1	3	1	22	8
GO	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	5	0	0	1	1	0	8	0	2	0	19	1
Estados da região norte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	2	0	1	0	2	0	2	0	9	1
Estados da região nordeste	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	1	2	0	1	0	7	2
RS	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	1	4	2
MG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	1	0	4	1
PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	4	1
SC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
ES	0	0	0	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	2
Países da Zona do Euro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	1	0	0	0	3	1
TO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	1
MT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1
Países da América do Norte (exceto Estados Unidos)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Estados Unidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Países do mercosul (exceto Brasil)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Doutros Países da América Latina (exceto México, Mercosul e Brasil)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Países da América Central	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Países da Europa (Exceto países da Zona do Euro)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Países da Ásia (exceto China)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
China	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Países da Oceania	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Países da África	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Soma dos Sim	7	10	10	10	12	12	21	21	21	21	52	52	94	94	93	93	123	103	102	102	91	89		
Total dos Sim/tem anterior para check	7	10	10	10	12	12	21	21	21	21	52	52	94	94	93	93	123	102	102	102	91	89		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília, 2012.

Tabela 6 - Dos que Responderam DF na questão acima, trabalham na área e estão empregados
Em qual setor exerce sua profissão?

	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		Total		Check	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dos que Responderam DF na questão acima, trabalham na área e estão empregados	5	2	6	1	6	2	7	1	10	4	22	11	32	17	28	14	48	26	37	20	28	16	229	114	343	
Em qual setor exerce sua profissão?																										
Público	0	0	2	0	1	0	5	3	1	2	5	2	17	6	19	2	22	6	16	10	23	7	111	38	149	
Privado	7	2	4	1	5	2	2	8	3	2	7	9	15	11	9	2	26	20	14	18	9	118	76	194		
Soma dos Check 2	7	2	9	1	9	2	16	16	17	17	40	40	72	63	63	102	102	83	83	74	74	492	492	984		
Soma Check DF	7	2	9	1	9	2	16	16	17	17	40	40	72	63	63	102	102	83	83	75	75	492	492	984		

OND CRT/10

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília, 2012.

Tabela 7 - Dos que Responderam DF na questão acima, trabalham na área e estão empregados

Qual sua renda média mensal atualmente?
Público

	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
até 1 salário mínimo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 2 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 3 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 4 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 5 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 6 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 7 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 8 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 9 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 10 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 11 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 12 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 13 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 14 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 15 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 16 salários-mínimos	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 17 salários-mínimos	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 18 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 19 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 20 salários-mínimos	2	1	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
mais que 20 salários-mínimos	0	0	0	0	2	1	6	0	3	0	7	1	9	2	6	1	14	4	4	0	2	1	53	10
mais que 30 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
mais que 50 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	5	2	6	1	7	2	7	2	10	4	22	11	32	17	28	14	46	26	37	20	27	16	227	115
																								342

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília, 2012.

Tabela 8 - Dos que Responderam DF na questão acima, trabalham na área e estão empregados
Qual sua renda média mensal atualmente?

Privado

	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Dos que Responderam DF na questão acima, trabalham na área e estão empregados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Qual sua renda média mensal atualmente?																								
até 1 salário mínimo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 2 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1
até 3 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 4 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	4
até 5 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
até 6 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1
até 7 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2
até 8 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	4
até 9 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
até 10 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	4
até 11 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
até 12 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
até 13 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0
até 14 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
até 15 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 16 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 17 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 18 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 19 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
até 20 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
mais que 20 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
mais que 30 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
mais que 50 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	2	0	0	0	0	5	2	1	2	5	2	17	6	19	2	24	6	16	10	24	7	113
																								37
																								150

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília, 2012.

Tabela 9 - Dos que Responderam DF na questão acima, trabalham na área e estão empregados

Qual sua renda média mensal atualmente?
Média dos Setores

	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dos que Responderam DF na questão acima, trabalham na área e estão empregados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Qual sua renda média mensal atualmente?																									
até 1 salário mínimo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
até 2 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	
até 3 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
até 4 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	4	2	1	0	2	4	8	
até 5 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2	1	1	2	2	2	7	5	
até 6 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	3	0	1	0	2	3	1	0	8	5	
até 7 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	3	4	1	0	0	1	3	6	3	1	1	13	12		
até 8 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	2	1	2	2	1	1	3	4	4	4	2	13	12	
até 9 salários-mínimos	0	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	3	4	5	6	7	3	4	4	4	7	4	29	22	
até 10 salários-mínimos	0	0	0	0	0	1	1	0	3	0	2	3	5	0	6	5	4	3	12	2	33	14			
até 11 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	3	3	4	1	5	1	8	6	4	0	24	13		
até 12 salários-mínimos	0	0	0	1	0	1	0	1	0	3	0	2	1	3	5	1	3	5	5	1	7	2	24	9	
até 13 salários-mínimos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	0	1	9	0	1	0	3	1	16	2		
até 14 salários-mínimos	0	0	0	1	0	1	0	2	1	4	1	3	2	5	0	1	0	1	0	1	0	0	17	5	
até 15 salários-mínimos	0	1	0	0	0	1	0	0	2	1	2	0	3	1	3	3	3	3	3	1	1	0	14	8	
até 16 salários-mínimos	2	0	0	1	0	0	1	0	2	1	2	1	2	4	0	3	1	0	3	1	0	0	15	4	
até 17 salários-mínimos	1	0	0	0	1	0	0	0	2	3	2	2	0	2	0	2	0	1	0	0	1	0	10	5	
até 18 salários-mínimos	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	6	4	
até 19 salários-mínimos	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0	
até 20 salários-mínimos	2	1	2	1	0	1	0	0	2	2	1	6	0	1	2	0	3	1	0	3	1	0	0	18	8
mais que 20 salários-mínimos	0	0	0	2	1	7	1	3	0	7	2	10	3	8	1	16	5	4	0	2	1	59	14		
mais que 30 salários-mínimos	0	0	1	0	1	0	2	0	0	1	2	0	1	0	1	0	1	0	2	0	3	0	14	1	
mais que 50 salários-mínimos	0	0	2	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	6	0	
Total	5	2	8	1	7	2	12	4	11	6	27	13	49	23	47	16	70	32	53	30	51	23	340	152	
Soma dos Sim	7	9	9	9	9	16	16	17	17	40	40	72	72	63	63	102	102	83	83	74	74	492			
Soma dos Check 2	7	9	9	9	9	16	16	17	17	40	40	72	72	63	63	102	102	83	83	74	74				

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília, 2012.

Tabela 10 - Dos que trabalham no DF, trabalham na área e estão empregados:

Você possui registro de classe? CRM, OAB etc.

	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Dos que trabalham no DF, trabalham na área e estão empregados:	4	2	6	1	6	1	8	1	7	5	18	12	33	18	39	13	55	23	43	21	37	15	256	112
Você possui registro de classe? CRM, OAB etc.	1	0	2	0	1	2	4	3	4	1	9	1	13	5	8	3	15	9	10	9	14	8	81	41
Sim																								
Não																								
Soma dos Check 3 com Check 2	7	9	9	10	16	17	63	102	63	74	490													

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Universidade de Brasília, 2012